

Gestão e controle social de processos de planejamento e desenvolvimento local e regional nos Coredes do Rio Grande do Sul e em Conselhos Municipais em quatro regiões

Relatório de Sistematização de Resultados de Pesquisa
Versão 2 – agosto de 2023

Relatório de sistematização de resultados do Projeto de Pesquisa “Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral”, financiado pelo Edital Fapergs 05/2019 – Programa Pesquisado Gaúcho – PQG.

PARTE 1

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Categorias e critérios de análise de processos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional em espaços públicos	15
Quadro 2 – Categoria controle social: subcategorias e critérios de análise.....	17
Quadro 3 – Subcategorias de controle social: roteiro de questões	18
Quadro 4 – Processos de Discussão: critérios e questões norteadoras	19
Quadro 5 - Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Processos de Discussão	21
Quadro 6 – Categoria Inclusão: critérios e questões norteadores.....	32
Quadro 7 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Inclusão	33
Quadro 8 – Categoria Pluralismo, seus critérios e questões norteadoras	38
Quadro 9 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Pluralismo	40
Quadro 10 – Categoria Igualdade participativa e questão norteadora.....	47
Quadro 11 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Igualdade Participativa	48
Quadro 12 – Categoria Autonomia, respectivos critérios e questões norteadoras	50
Quadro 13 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Igualdade Participativa	51
Quadro 14 – Categoria do Bem Comum, respectivos critérios e questões norteadoras.....	62
Quadro 15 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria BEM COMUM	63
Quadro 16 – Categoria Controle Social, seus critérios e questões norteadoras	72
Quadro 17 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Controle Social.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	7
3 PRÁTICAS E DINÂMICAS DOS COREDES NO CONTROLE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	19
3.1 PROCESSOS DE DISCUSSÃO	19
3.2 INCLUSÃO	31
3.3 PLURALISMO.....	38
3.4 IGUALDADE PARTICIPATIVA	47
3.5 AUTONOMIA.....	50
3.6 BEM COMUM	61
3.7 CONTROLE SOCIAL	72

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos realizar uma reflexão acerca da gestão social e do controle social nos processos de desenvolvimento regional. Nossos apontamentos resultam de um projeto mais amplo, intitulado “Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Esta pesquisa se propôs analisar experiências participativas de controle social sobre processos de planejamento e desenvolvimento regional à luz da discussão da gestão social. No presente trabalho, nos propomos a refletir sobre dois importantes espaços de gestão e controle social, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes e os Conselhos Municipais. Sobre estes últimos, trazemos dados primários acerca da atuação de conselhos municipais em Tramandaí, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Ijuí, municípios localizados respectivamente nos Coredes Litoral, Vale do Rio Pardo, Missões e Noroeste Colonial.

Nossas considerações partem de um contexto de múltiplas crises – econômica, política, ambiental e sanitária. A pandemia do Covid-19 asseverou um histórico conjunto de desigualdades em múltiplas escalas., como demonstra o Relatório Oxfam (2023), o qual alerta para a existência, por um lado, de uma explosão de bilionários e lucros recordes e, por outro, pessoas que enfrentam austeridade, aumento da pobreza e uma crise de custo de vida, evidenciando, assim, um sistema econômico que não consegue atender, de forma equitativa, às necessidades da humanidade.

O Relatório sublinha que, desde 2020, o 1% mais rico da população acumulou quase dois terços da nova riqueza – seis vezes mais do que os 7 bilhões de pessoas que compõem os 90% mais pobres. As fortunas bilionárias estão aumentando em 2,7 bilhões de dólares por dia. As empresas de alimentos e energia mais do que dobraram seus lucros em 2022, pagando 257 bilhões de dólares a acionistas ricos, enquanto mais de 800 milhões de pessoas passam fome (OXFAM, 2023).

No Brasil, o cenário não é diferente. Mesmo antes da pandemia, ainda em 2017, o país parou de reduzir suas desigualdades. Segundo o relatório País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras, no Brasil, sob o critério de US\$ 1,90 por pessoa/dia, havia cerca de 15 milhões de pobres no país em 2017 – 7,2% da população brasileira – um crescimento de

11% em relação a 2016, quando havia 13,3 milhões de pobres (6,5% da população 42). Aquele era o terceiro ano seguido em que essa taxa crescia, tendência iniciada em 2015 (OXFAM, 2018). Segundo o Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil, antes da pandemia, os 10% de brasileiros mais ricos já tinham uma renda média per capita superior a 50 vezes a dos 10% mais pobres, e a renda dos 5% mais ricos era 77 vezes maior (BANCO MUNDIAL, 2022).

Com a pandemia, essa desigualdade foi reforçada. A deterioração do mercado de trabalho diminuiu a renda domiciliar, sendo a população mais vulnerável a mais atingida. Em maio de 2020, a renda familiar per capita brasileira dos 40% mais pobres era de apenas 65% do habitual. Para os 60% mais ricos, essa proporção foi de 88%. Em outubro de 2020, os 40% mais pobres ainda recebiam aquém de sua renda habitual em mais de 10%. Já os 60% mais ricos perceberam sua renda quase voltando ao normal (BANCO MUNDIAL, 2022). Conforme Pesquisa Telefônica da Covid-19 no Brasil, em 2021, além do aumento do desemprego, a pandemia contribuiu para o crescimento da precariedade do emprego. Em 44,6% dos domicílios pesquisados foi percebida menor renda domiciliar em comparação a antes da pandemia. Por fim, em 38,7% dos domicílios foi declarada impossibilidade de atendimento de suas necessidades básicas. A taxa de pobreza em 2021 aumentou cerca de 6 pontos percentuais em relação a 2020 (BANCO MUNDIAL, 2022).

Acerca da pobreza e desigualdade no Brasil, Bonfim, Camargo e Lamberti (2022) discorrem que o país tem, como principal interferência no seu desenvolvimento, a má distribuição de renda. A pobreza no país seria sensível às flutuações cíclicas de curto prazo, assim como à instabilidade macroeconômica. Desse modo, os determinantes imediatos da pobreza, não estariam baseados na escassez de recursos no Brasil, mas sim a desigualdade na sua distribuição entre estratos populacionais.

Embora mais da 75% da população mundial viva com renda *per capita* inferior à (média) dos brasileiros, os motivos da pobreza e condições precárias de condições de vida em segmentos importantes da sociedade no mundo e no País são distintos: no Brasil não existe uma escassez absoluta de recursos, e embora a pobreza seja sensível às flutuações cíclicas e à instabilidade macroeconômica, tem na desigualdade na distribuição de renda a principal causa. Este dado justifica a percepção de que é preciso canalizar os recursos disponíveis para atividades prioritárias e aumentar o controle social sobre eles, de modo a assegurar eficiência alocativa, enfatizam os referidos autores (BONFIM; CAMARGO; LAMBERTI, 2022).

Ou seja, diante desse cenário de aumento da pobreza e das desigualdades, asseveradas pela pandemia, a gestão e o controle social adquirem maior importância. Apesar de termos visto um episódio no qual um grupo de super ricos pedia taxaço de fortunas no Fórum de Davos, isso de longe será suficiente para amparar as demandas dos pobres mundo afora. Os problemas, as demandas, os modos de vida, os ecossistemas são diversos e, portanto, exigem soluções pensadas e implementadas desde esses lugares. E é nesse sentido que entendemos o papel da gestão e do controle social. Nessas reflexões nos auxilia Brandão (2008), ao afirmar que as transformações estruturais que promovem o desenvolvimento resultam de variadas e complexas interações sociais, nas quais a busca é pela ampliação do horizonte de possibilidades da sociedade. Essa participação da sociedade – via gestão e controle social – é fundamental para a promoção de um desenvolvimento conectado às realidades regionais.

Este relatório aborda resultados da pesquisa de campo desenvolvida no âmbito do Projeto **Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Corede Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral**, aprovado no âmbito do Edital Fapergs 05/2019 – Programa Pesquisador Gaúcho.

Sob a coordenação de Sérgio Luís Allebrandt, professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijuí, o projeto se propôs a analisar experiências participativas de controle social sobre processos de planejamento e de promoção do desenvolvimento local e regional à luz da discussão da gestão social, contando com a participação de pesquisadores de quatro Programas de Pós-Graduação: PPGDR/Unijuí, PPGDPP/UFS, PPGDR/Unisc e PGRedes/UFRGS.

O texto está organizado, além desta introdução, em mais seis capítulos. O segundo capítulo aborda procedimentos metodológicos e apresenta e discute as categorias e critérios de análise que orientaram a interpretação/reinterpretação realizada a partir da percepção de atores/agentes, observação e análise documental. O terceiro capítulo apresenta a discussão e resultados da análise sobre a gestão e controle social nos Corede gaúchos. Nos quatro capítulos seguintes, a análise se volta para a o controle social praticado por conselhos municipais nos lócus do estudo das quatro regiões. Seguem ainda considerações finais e referências.

2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Diversos estudos realizados nos últimos 25 anos por integrantes da rede de pesquisa que se formou em torno de diversos Grupos de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação vinculados a três áreas de avaliação da Capes (Planejamento Regional e Urbano / Demografia; Interdisciplinar; e Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo) consolidaram avanços teóricos significativos para a temática da gestão social com cidadania deliberativa e do controle social. Grande parte destes estudos, nos últimos 15 anos, orientam-se por um conjunto de categorias e critérios de análise que foram sendo construídos ao longo destes estudos (ALLEBRANDT, 2010).

Com base nestes estudos, se verificou que essas categorias e critérios de análise foram construídos com base em elementos que orientam o conceito de cidadania deliberativa e são relevantes para os processos de discussão e tomada de decisão em esferas públicas ou na condução de políticas públicas, e que proporcionam a participação na sociedade nestes espaços públicos.

Por cidadania deliberativa, entende-se como a prática em que o cidadão/sujeito, participa do processo democrático, decidindo, nas diferentes instancias de uma sociedade e em diferentes papéis, aderindo a uma prática cidadã que têm o sujeito não apenas como um “voto”, e sim, participante de um “processo gerencial decisório deliberativo que procura atender às necessidades de uma sociedade, região, território ou sistema social específico, quer vinculado à produção de bens quer à prestação de serviços” (TENÓRIO, 2006, p. 1147). É uma gestão que oferece aos cidadãos condições necessárias para a sua participação nas instituições, de forma a possibilitar melhor comunicação, diálogos éticos, morais, práticos, para que ele consiga mediar suas reivindicações nas instituições responsáveis.

Ao analisar a abordagem de Tenório (2007) sobre a cidadania em termos deliberativos, percebe-se que a legitimidade das decisões políticas está intrinsecamente ligada a processos de discussão fundamentados nos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Esses elementos desempenham um papel crucial na cidadania deliberativa, pois são eles que direcionam e orientam as bases para a prática do exercício da cidadania.

Assim, as categorias que serão base para a análise dos dados neste estudo são: processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia, bem comum e controle social. Cada categoria possui critérios específicos para avaliar diferentes aspectos (VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2012; ALLEBRANDT, 2016; RIBAS, 2017).

As categorias e critérios de análise foram criados com o objetivo de promover uma análise mais eficaz dos dados coletados em pesquisas voltadas para a Gestão Social. Essas categorias e critérios fornecem um arcabouço estruturado que permite a organização, classificação e interpretação dos dados, facilitando a compreensão dos resultados obtidos. Ao estabelecer categorias específicas e critérios claros, se tornou possível identificar padrões, tendências e relações entre os dados, proporcionando uma visão mais aprofundada e embasada sobre os aspectos relevantes da gestão social. Dessa forma, as categorias e critérios de análise desempenham um papel fundamental na busca por percepções fundamentais na tomada de decisões informadas no âmbito da gestão social.

Na primeira categoria, pode-se destacar a importância dos **processos de discussão** nos procedimentos decisórios desenvolvidos nas esferas públicas e na condução de políticas públicas (VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2012; ALLEBRANDT, 2016). A discussão é um componente vital nesses processos, promovendo uma avaliação ampla, participação, diversidade de perspectivas, legitimidade e transparência nas decisões tomadas nas esferas públicas. Por meio do espaço de discussão, onde ocorre a autoridade negociada na esfera pública, busca-se garantir a igualdade de direitos e inclusão dos atores sociais envolvidos, permitindo o diálogo entre esses atores e os agentes públicos, contribuindo para o entendimento dos itens em discussão (TENÓRIO, 2012; ALLEBRANDT, 2016).

Os critérios que compõem esta categoria são: **canais de difusão** que avalia a existência e utilização de canais de difusão/comunicação; **qualidade da informação/inteligibilidade** que verifica se as informações compartilhadas durante os processos de discussão são confiáveis, relevantes, precisas e comunicadas de maneira clara e objetiva; **transversalidade das informações** que dispõe sobre espaços que atravessam setores com o intuito de integrar diferentes pontos de vista; **pluralidade das discussões** que versa acerca do compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores; **órgão de acompanhamento de políticas públicas** em que se verifica a existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo de implementação de uma política pública, ação ou programa; **relação com**

outros processos participativos orienta acerca da existência de interação com outros sistemas participativos já existentes na região; **relação com outros conselhos** o qual verifica a interação e cooperação entre o conselho em questão e outros órgãos, comitês ou grupos relevantes; e **transparência** que envolve a disponibilização de documentos, a divulgação de pautas e agendas, a publicidade das reuniões, a oportunidade de participação e a comunicação efetiva das decisões tomadas. Por meio desse critério, busca-se garantir a prestação de contas, a legitimidade e a confiança no processo de discussão, bem como o empoderamento dos envolvidos por meio do acesso à informação. Estes dois últimos critérios, foram incluídos pela pesquisadora neste estudo, a fim de complementar a análise desta categoria. (ALLEBRANDT, 2016; RIBAS, 2017).

Acerca da **inclusão**, essa categoria refere-se à garantia da participação e representação adequadas dos atores locais nas decisões públicas, assegurando sua voz e inclusão nos espaços de abertura, recepção e valorização da cidadania (TENÓRIO, 2006 e 2007; VILLELA, 2012; MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011; GOULART, 2012; ALLEBRANDT, 2016). Ela busca promover a participação ativa de diversos grupos sociais, reconhecendo que o governo é apenas um dos parceiros entre outros atores envolvidos (GOULART, 2012).

Dessa forma, a inclusão possibilita a inserção de outros atores nos espaços de poder e decisão relacionados à implementação de políticas públicas e ao uso dos recursos públicos, dando voz aos diferentes atores sociais e permitindo que representem os interesses coletivos (ALLEBRANDT, 2016). É por meio dessa inclusão que se busca garantir a participação adequada de todos, especialmente daqueles que podem ser marginalizados ou excluídos das decisões públicas (TENÓRIO, 2006; 2007; VILLELA, 2012). A inclusão é fundamental para assegurar a participação ativa dos diversos grupos sociais, promover a representatividade e garantir que a tomada de decisão seja mais inclusiva e abrangente, levando em consideração a diversidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade.

São dois os critérios que integram esta categoria: **abertura de espaços de decisão e valorização cidadã**: este conjunto tem por objetivo avaliar se os processos, mecanismos, instituições propiciam a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos de modo que todos tenham oportunidade em participar das tomadas de decisão de forma que se valorize a participação cidadã e democrática (ALLEBRANDT, 2016; VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2007; RIBAS, 2017).

A categoria do **pluralismo** enfatiza a descentralização do poder e busca identificar os diversos atores locais envolvidos nas decisões, reconhecendo a importância da diversidade de perspectivas, opiniões e interesses (TENÓRIO, 2006; 2007; VILLELA, 2012; ALLEBRANDT *et al.*, 2018; RIBAS, 2017).

No contexto sociológico, o pluralismo é compreendido como um conjunto de ideias que permite aos indivíduos interpretarem os resultados considerando uma multiplicidade de fatores e analisando o contexto em que os agentes públicos e atores sociais estão inseridos. Ele garante a pluralidade de ideias e olhares, assegurando a liberdade de expressão, manifestação e opinião, e promovendo a participação dos cidadãos na constituição democrática do país (ALLEBRANDT, 2016). Essa abordagem do pluralismo não se limita apenas às representações de grupos privilegiados, mas engloba os diversos atores que participam dos processos de políticas públicas locais (ALLEBRANDT, 2016).

Dessa forma, o pluralismo destaca a descentralização dos poderes e a multiplicidade de atores envolvidos, permitindo a consideração de diferentes pontos de vista e a incorporação da heterogeneidade das pessoas nas decisões de políticas públicas (TENÓRIO, 2008; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017). Isso contribui para um processo mais inclusivo, democrático e representativo.

Os critérios desta categoria são: **pluralidade do grupo promotor** que avalia a composição do grupo que promove a discussão e tomada de decisão. Verifica se o grupo é diversificado e representativo, e se inclui diferentes segmentos da sociedade, como organizações da sociedade civil, setor privado e outros atores relevantes; **participação dos diferentes atores** da sociedade o qual busca compreender se há uma pluralidade dos sujeitos, verifica se há efetiva participação e envolvimento dos diversos atores nas discussões e decisões e **perfil dos atores**, busca enfatizar se os conselheiros têm consciência da importância dos processos democráticos de participação (TENÓRIO, 2007;2008).

A categoria da **igualdade participativa** é um princípio vital que busca garantir oportunidades justas para que todos possam contribuir e influenciar nas decisões políticas, promovendo equidade e justiça sem discriminação de posição social, econômica ou política (TENÓRIO, 2006; 2007; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017; ALLEBRANDT *et al.*, 2018).

Esse princípio está relacionado à possibilidade dos atores e organizações influenciarem as deliberações na esfera pública, tendo acesso livre a esse espaço e às informações disponíveis. Trata-se da participação igualitária dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, buscando equilibrar as oportunidades no processo democrático de participação nos espaços de decisão (TENÓRIO, 2008; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017). É fundamentado na ideia de que, com acesso à informação e canais de deliberação abertos, qualquer cidadão, segmento ou organização tem a capacidade de influenciar as decisões tomadas por meio de processos deliberativos (ALLEBRANDT, 2016).

Esta categoria, na sua formatação inicial, é composta por três critérios: forma de escolha dos representantes; discurso dos representantes e avaliação participativa. No entanto, para este estudo, utilizou-se apenas o primeiro critério **forma de escolha dos representantes** que analisa quais as dinâmicas são utilizadas para a composição/estrutura dos conselhos (RIBAS, 2017).

A categoria da **autonomia** surge como um aspecto relevante no contexto da gestão social, incentivando as comunidades e os indivíduos a serem autossuficientes na avaliação e resolução de seus próprios problemas (TENÓRIO, 2006; 2007; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017, ALLEBRANDT *et al.*, 2018). Ao capacitar as pessoas, permite-se que se tornem agentes ativos de mudança, promovendo um senso de responsabilidade e empoderamento local. Trata-se da possibilidade de os cidadãos exercerem sua própria vontade e verificar a independência dos espaços públicos ou das instâncias e processos de deliberação e decisão (ALLEBRANDT, 2016). Nessa categoria, verifica-se se as demandas locais são indicadas pelos próprios cidadãos e se eles têm efetivamente poder de decisão nas escolhas das prioridades e necessidades em suas comunidades, podendo influenciar quais políticas públicas devem ser implementadas (RIBAS, 2017).

Esta categoria originalmente era composta por quatro critérios: origem das proposições, alçada dos atores, perfil de liderança e possibilidade de exercer a própria vontade, no entanto, para este estudo foram feitas adequações com base em pesquisas anteriores, ficando então os critérios estruturados por: **origem das proposições**, que objetiva identificar a origem das demandas levantadas ou elencadas para os processos de discussão; **perfil de liderança** em que se verifica se a mesma é exercida de forma democrática; **possibilidade de exercer a própria vontade**, como o próprio nome já menciona, este critério é utilizado para verificar se o ator social, exerce a sua própria vontade ou se ele expõe os sentimentos da coletividade (RIBAS, 2017);

orçamento/recurso refere-se se há disponibilidade de recursos financeiros e materiais necessários para o funcionamento e a estruturação dos conselhos; e **órgão existente**, avalia se o conselho tem espaço próprio ou se utiliza estrutura já existente para sua atuação/funcionamento. Estes dois últimos critérios verificam aspectos relacionados à capacidade de autossuficiência dos Coredes.

A categoria do **bem comum** engloba o princípio que busca o benefício coletivo e a melhoria das condições de vida das comunidades (TENÓRIO, 2006; 2007; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017; ALLEBRANDT *et al.*, 2018). O conceito de bem comum na gestão pública refere-se às ações que beneficiam o coletivo, tanto em termos físicos como simbólicos ou abstratos (ALLEBRANDT, 2016). É por meio desse princípio que os interesses e necessidades do coletivo são identificados e priorizados, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e harmoniosa. O bem comum abrange benefícios tangíveis e intangíveis para uma comunidade ou localidade, provenientes das políticas públicas (ALLEBRANDT, 2016). Assim, engloba todas as iniciativas que contribuem para o desenvolvimento e oferecem benefícios compartilhados por diferentes pessoas, grupos e segmentos da sociedade.

A categoria do bem comum compreende dois critérios em sua versão original. O primeiro critério é relacionado aos **objetivos alcançados**, que avalia a atuação dos atores sociais em sincronia com o poder público local e/ou agentes públicos. Além disso, se verifica o acompanhamento e fiscalização dos processos de escolha das demandas e prioridades relacionadas à participação popular (VILLELA, 2012; RIBAS, 2017). O segundo critério diz respeito à **aprovação cidadã dos resultados**, que analisa a percepção da sociedade em relação à atuação dos atores sociais e aos resultados alcançados (VILLELA, 2012; RIBAS, 2017). Para este estudo, incluímos o critério da **coletividade** que tem a função de identificar e priorizar os interesses e necessidades do coletivo. Visa analisar as ações e políticas públicas, se estas estão voltadas para o benefício de todos os membros de uma determinada comunidade, buscando o desenvolvimento coletivo e o compartilhamento dos resultados obtidos.

Como já mencionado neste capítulo, as categorias e critérios de análise foram criadas com o propósito de aprimorar a análise dos dados coletados em pesquisas voltadas para a Gestão Social. No entanto, em 2014, percebeu-se a necessidade de incluir mais uma categoria, o **controle social**, devido ao interesse dos pesquisadores em ampliar a pesquisa e analisar as questões de controle social à luz da gestão social.

Essa inclusão se deu no contexto do Projeto de Pesquisa em Rede, apoiado pelo Edital Pro-Integração/Capes 55/2013, sob a coordenação do Programa de Estudos em Gestão Social da Ebape/FGV. O objetivo desse projeto era desenvolver estudos sobre experiências de controle social do desenvolvimento regional em quatro países: Equador, Chile, Argentina e Brasil. No Brasil, a pesquisa foi realizada em três Conselhos Regionais de Desenvolvimento do noroeste gaúcho (Corede Missões, Noroeste Colonial e Celeiro), sendo coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (mestrado e doutorado) da Unijuí, que era um parceiro do projeto em rede.

Essa categoria foi criada em 2015 com o objetivo de auxiliar nas pesquisas sobre controle social no âmbito da Gestão Social no Rio Grande do Sul. O controle social refere-se à importância da participação da sociedade, pois quanto maior o envolvimento dos cidadãos, maior será o fortalecimento do controle social sobre as políticas públicas. Isso contribui para torná-las mais eficientes e mais alinhadas com as necessidades e aspirações da comunidade (ALLEBRANDT 2016; RIBAS, 2017).

A categoria controle social nos remete ao entendimento da importância acerca da participação da sociedade, pois quanto maior for sua atuação, maior será o fortalecimento para garantir o controle social nas políticas públicas, tornando-as mais eficientes e mais apropriadas aos anseios/necessidades da comunidade (RIBAS, 2017).

Nesta categoria se verifica se há mecanismos formais na esfera pública, sejam eles consultivos ou deliberativos, que têm como objetivo principal ir além do momento eleitoral. Esses mecanismos visam fiscalizar as ações governamentais em diferentes áreas e de formas diversas, intervir abertamente na formulação e implementação de políticas públicas, bem como canalizar opiniões e interesses de grupos politicamente organizados em determinado tema, a fim de ouvi-los em relação à execução das políticas. Em outras palavras, o controle social refere-se à capacidade de os diversos grupos sociais em conflito na sociedade controlarem o Estado, que não é neutro, embora busque igualdade jurídico-política e socioeconômica (FONSECA; BEUTTENMULLER, 2007; TENÓRIO, 2016).

Os critérios da categoria **controle social** originalmente foram listados como transparência, legitimidade social, acompanhamento de políticas públicas, instrumentos de controle, inteligibilidade e promoção do controle social (RIBAS, 2017). No entanto, neste estudo, com

base no referencial teórico e em entrevistas anteriores, reorganizamos esses critérios da seguinte maneira: **legitimidade social** que observa se os conselheiros são reconhecidos pela sociedade como promotores do controle social; **instrumentos de controle** que avalia se os cidadãos têm acesso às informações por meio de atas, relatórios, portal da transparência e afins. Além disso, foi incluído o critério de **participação** para avaliar se os cidadãos estão sendo envolvidos de forma adequada e efetiva nas discussões e no processo de controle, contribuindo para uma governança mais participativa e democrática, uma vez que a participação é um elemento essencial para promover a transparência, a legitimidade e o fortalecimento do controle social.

Essa alteração foi feita porque os critérios de transparência, acompanhamento de políticas públicas e inteligibilidade estavam inseridos na categoria dos processos de discussão; e o critério de promoção do controle social já estava contemplado no critério de promoção do controle social. Assim, a categoria ficou mais adequada para este estudo.

Entende-se também, que as categorias anteriores, neste estudo, foram utilizadas como um todo para avaliar o controle social, complementando a última categoria que versa especificamente sobre o controle social.

Por fim, este capítulo aborda as categorias e critérios de análise que foram desenvolvidos ao longo de estudos sobre gestão social com cidadania deliberativa e controle social. Essas categorias e critérios foram construídos com base em elementos que orientam a prática da cidadania deliberativa e são relevantes para avaliar os processos de discussão e tomada de decisão em esferas públicas e políticas públicas.

A cidadania deliberativa envolve a participação dos cidadãos no processo democrático, onde eles desempenham um papel ativo na gestão e tomada de decisões que atendam às necessidades da sociedade. Essa forma de gestão visa proporcionar aos cidadãos condições necessárias para sua participação nas instituições e facilitar a comunicação, diálogo ético e prático, além de permitir que expressem suas demandas.

As categorias e critérios de análise foram criados para promover uma análise eficaz dos dados coletados em pesquisas sobre gestão social. Essas categorias fornecem uma estrutura organizada para classificar e interpretar os dados, facilitando a compreensão dos resultados.

Elas desempenham um papel fundamental na busca por percepções importantes na tomada de decisões informadas no âmbito da gestão social.

Essas categorias e critérios visam garantir a legitimidade das decisões políticas, a participação adequada dos atores sociais, a diversidade de perspectivas, a equidade, a autonomia das comunidades e a promoção da inclusão e representatividade. Eles ajudam a identificar padrões, tendências e relações entre os dados coletados, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos aspectos relevantes da gestão social. Em resumo, as categorias e critérios de análise apresentados são ferramentas importantes para avaliar e compreender o controle social à luz da gestão, fornecendo uma base estruturada para a análise de dados e tomada de decisões informadas. O Quadro 1 apresenta as categorias e critérios discutidos neste texto.

Quadro 1 – Categorias e critérios de análise de processos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional em espaços públicos

Categorias	Crítérios	
Processo de discussão	Canais de Difusão	Quais os canais utilizados para o chamamento e divulgação dos processos de discussão e deliberação?
	Qualidade da Informação/inteligibilidade	As informações apresentadas são claras, objetivas e de fácil interpretação?
	Transversalidade das informações	Além do Corede, conhece alguma instituição que atue de forma semelhante? Os temas passam por processos de discussão além do espaço do Conselho?
	Pluralidade das discussões	Quais temas são ou foram tratados ou debatidos com mais frequência no Conselho?
	Órgão de acompanhamento de políticas públicas	Alguma vez o Conselho já interferiu para mudar alguma obra/programa em andamento?
	Relação com outros processos participativos	As ações e decisões do Conselho são repassadas para outras instâncias participativas? O Conselho tem influência sobre os processos de participação popular (Conferências, Consultas, Audiências) que ocorrem no município/região? De que forma isso ocorre?
	Relação com outros conselhos	O Corede se relaciona com outros conselhos? Comente sobre.
	Transparência	Existe algum meio de divulgação das atas e ações dos Conselhos? O Conselho tem acesso às informações do setor público? De que forma? Em caso de ter acesso, essas informações são utilizadas para a tomada de decisões dentro do conselho?
Inclusão	Abertura de espaços de decisão	Como o cidadão, de maneira geral, pode participar do processo de discussão e/ou deliberação no Conselho?
	Valorização cidadã	Quais ações o conselho faz, para valorizar e incentivar a participação da sociedade?
Pluralismo	Pluralidade do Grupo promotor	O regimento/estatuto do Conselho prevê a participação dos diferentes atores da sociedade (poder público, setor empresarial, sociedade civil organizada)? Se sim, existe efetiva participação? O Conselho permite que todos os membros, representantes das instituições, se posicionem?

	Participação dos diferentes atores	Além dos representantes que hoje compõem o Corede você pode indicar outros segmentos, grupos ou lideranças que na sua opinião deveriam estar inseridos no conselho?
	Perfil dos atores	O(s) conselheiro(s) tem consciência da importância do processo democrático de participação?
Igualdade participativa	Forma de escolha dos representantes	De que forma se dá a escolha dos representantes no Conselho?
Autonomia	Origem das proposições	Os temas em discussão no conselho têm origem nas discussões das instituições ou são frutos de pensamento do representante? O cidadão não conselheiro pode participar das discussões e deliberações? As propostas que provêm do poder público tem algum tratamento diferenciado no processo de discussão?
	Perfil de liderança	A liderança é exercida de forma democrática? Na sua visão, existem atualmente grupos dominantes no Conselho?
	Possibilidade de exercer a própria vontade	Os representantes têm liberdade para propor ou votar?
	Orçamento/recurso (p/funcionamento/estrutura)	O Corede recebe alguma verba para seu funcionamento?
	Órgão existente (espaço próprio ou já existente)	O Corede tem espaço próprio para seu funcionamento?
Bem comum	Objetivos alcançados	Como é realizada a avaliação das ações propostas pelo Conselho? O conselho analisa Relatórios de Gestão municipal/regional para a adoção de novas proposições? O Conselho acompanha o andamento dos serviços propostos nos processos de participação popular?
	Aprovação cidadã dos resultados	De que forma o Conselho obtém resposta da sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos?
	Coletividade	As ações do Corede vão ao encontro com as demandas/prioridades da maioria? Os temas relevantes para discussão têm ligação com as demandas da população? Ou provêm das instituições representadas? A atuação do Corede está pautada no pensamento da coletividade?
Promoção do controle social	Participação	Entende ser importante a participação da sociedade na construção de políticas públicas? As reuniões são apenas para membros do conselho ou são abertas à comunidade em geral?
	Legitimidade social	O Conselho, como promotor do desenvolvimento local/regional, tem condições de assumir o protagonismo do controle social? A dinâmica do Conselho permite espaço para discussão de temas ligados à transparência e combate à corrupção?
	Instrumentos de controle	Para você, o Corede é um instrumento de Controle Social? As ações do Conselho têm a capacidade promover o controle social? Quais ações o Conselho realiza e/ou poderia realizar para a promoção do controle social?

Fonte: Elaboração dos autores com base em Tenório (2005, 2007), Vilella, 2012; Allebrandt, 2010; 2016; 2018).

Esta matriz orientou a pesquisa desenvolvida nos Coredes, cujos resultados estão sendo concluídos em Tese de Doutorado, com previsão de defesa até outubro de 2023.

Na segunda etapa do projeto foram realizadas entrevistas com integrantes de conselhos municipais em Ijuí (Corede Noroeste Colonial), Santo Ângelo (Corede Missões), Santa Cruz do Sul (Corede Vale do Rio Pardo) e Tramandaí (Corede Litoral). As entrevistas foram realizadas tendo por base roteiro de questões vinculadas ao conjunto de subcategorias e critérios de análise definidos pela equipe o Projeto em diversas reuniões, a partir da discussão teórico-conceitual sobre a temática da gestão social e do controle social em territórios, com foco no planejamento e na promoção do desenvolvimento local e regional. As entrevistas foram agendadas, gravadas e posteriormente foi realizada a degravação. A transcrição das entrevistas foi tratada com o apoio do N-Vivo, que facilitou o processo de extrair relatórios com base em categorias e critérios de análise estabelecidos para o estudo da dimensão controle social. Foram propostas 7 categorias e 20 critérios analíticos, conforme consta do Quadro 2.

Quadro 2 – Categoria controle social: subcategorias e critérios de análise

Categoria	Subcategorias	Critérios
Controle Social: o ato de fiscalização exercido pela sociedade civil sobre ações do Estado e do processo de desenvolvimento socioeconômico local/regional.	Representatividade	Segmentos representados Paridade e equilíbrio na representação Critérios de indicação e escolha
	Transparência do Espaço público	Variabilidade de instrumentos Mecanismos de acompanhamento e monitoramento
	Legitimidade social:	Reconhecimento público Visibilidade Estrutura de apoio
	Gestão, dinâmica e Instrumentos de controle interno	Gestão e dinâmica de funcionamento do conselho Processos, fluxos e registro da informação Mecanismos de intervenção
	Inteligibilidade: Capacidade de perceber e compreender as informações.	Adequação da informação Educação permanente dos conselheiros
	Transparência: Informações abertas aos cidadãos, acesso às informações, maior fiscalização pela sociedade.	Publicização Responsividade Canais/instrumentos Democratização da informação
	Efetividade: qualidade do funcionamento.	Resolutividade Regularidade e periodicidade do funcionamento Atendimento do bem-comum

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores no âmbito do GPDeC

Para o conjunto de critérios vinculados às subcategorias de análise foram estabelecidas questões como roteiro básico para a realização das entrevistas (Quadro 3).

Quadro 3 – Subcategorias de controle social: roteiro de questões

Subcategorias	Crítérios	Questões/Roteiro
Representatividade:	Segmentos representados Paridade e equilíbrio na representação Critérios de indicação e escolha	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os segmentos ou grupos sociais representados no Conselho? - Os representantes participam regular e efetivamente? - Existem critérios ou indicativos de paridade e equilíbrio na representação entre os segmentos e entre as representações públicas e privadas? - Como são definidos os representantes que integram o conselho? Existem critérios de indicação ou formas definidas de escolha?
Transparência do Espaço público	Variabilidade de instrumentos Acompanhamento e monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Existem mecanismos de acompanhamento das atividades e ações do Conselho? Quais e como funcionam?
Legitimidade social:	Reconhecimento público Visibilidade Estrutura de apoio	<ul style="list-style-type: none"> - O Conselho, como promotor do desenvolvimento local/regional, tem reconhecimento público, visibilidade e estrutura de apoio no protagonismo do controle social na sua área de atuação? - O conselho costuma ser noticiado em jornais locais? Chamado para entrevistas nos meios de comunicação? Está presente nas redes sociais como Facebook, Instagram? - A sociedade (poder público ou outra instituição) ofereceu alguma sala, espaço específico para o conselho se reunir? - Tem algum profissional de apoio que auxilia nesses processos de divulgação, organização e/ou articulação? - O conselho tem sido chamado para os debates sociais pertinentes à sua área de atuação ou questões gerais relacionadas ao desenvolvimento local/regional? - No que se refere ao relacionamento com o poder público e outras instituições, percebe-se um fortalecimento ou enfraquecimento dos espaços públicos ao longo dos últimos anos? Por quê?
Gestão, dinâmica e Instrumentos de controle interno	Gestão, dinâmica de funcionamento Processos, fluxos, registro da informação Mecanismos de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> - Como o conselho se organiza para o seu funcionamento? - Existem instrumentos de registro das reuniões, comunicações, informações e ações do conselho?
Inteligibilidade: Capacidade de perceber e compreender as informações.	Adequação da informação Educação permanente dos conselheiros	<ul style="list-style-type: none"> - As informações disponibilizadas e acessadas pelo Conselho são compreendidas pelos membros participantes? - Existem canais de apoio para obter esclarecimentos? - Existem cursos de formação para os integrantes?
Transparência: Informações abertas aos cidadãos, acesso às informações, maior fiscalização pela sociedade.	Publicização Responsividade Canais/instrumentos Democratização da informação	<ul style="list-style-type: none"> - O Conselho tem acesso às informações da administração pública e governamental? De que forma? - Em caso de ter acesso, essas informações são utilizadas para a tomada de decisões no âmbito do conselho? - Existe acompanhamento dos programas e ações governamentais sugeridas pelo Conselho? De que forma isso ocorre? - Tais informações são repassadas de forma clara para os cidadãos membros do município?
Efetividade: qualidade do funcionamento.	Resolutividade Regularidade e periodicidade do funcionamento Atendimento do bem-comum	<ul style="list-style-type: none"> - A atuação do conselho viabiliza resultados efetivos para a sociedade, respondendo às demandas da sociedade e contribuindo na qualificação das ações/projetos do Poder Executivo? - A quem beneficiam as ações promovidas pelo Conselho? Ou, quais segmentos da sociedade usufruem dos benefícios decorrentes das ações promovidas pelo conselho - O conselho tem funcionado regularmente ou há períodos em que fica inativo? - Como se dá a participação individual dos conselheiros nos debates e ações do conselho?

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores no âmbito do GPDeC

3 PRÁTICAS E DINÂMICAS DOS COREDES NO CONTROLE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo será abordado a atuação dos Coredes como interlocutores do controle social no desenvolvimento regional, à luz da gestão social. A análise foi realizada a partir de entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado de questões para compreender as sete categorias e respectivos critérios de análise conforme matriz analítica analisada no capítulo 2.

3.1 PROCESSOS DE DISCUSSÃO

Como primeiro elemento, apresenta-se a categoria **Processos de Discussão** (Quadro 4), que no controle social são mecanismos que buscam promover a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Esses processos geralmente envolvem a realização de debates, fóruns, audiências públicas, consultas populares e outros tipos de espaços que permitem a troca de ideias, opiniões e propostas entre os diferentes atores sociais envolvidos na gestão pública (ALLEBRANDT, 2010; 2016; TENÓRIO, 2012).

Quadro 4 – Processos de Discussão: critérios e questões norteadoras

PROCESSO DE DISCUSSÃO	Canais de Difusão (CD)	Quais os canais utilizados para o chamamento e divulgação dos processos de discussão e deliberação?
	Qualidade da Informação/inteligibilidade (QII)	As informações apresentadas são claras, objetivas e de fácil interpretação?
	Transversalidade das informações (TI)	Além do Corede, conhece alguma instituição que atue de forma semelhante? Os temas passam por processos de discussão além do espaço do Conselho?
	Pluralidade das discussões (PD)	Quais temas são ou foram tratados ou debatidos com mais frequência no Conselho?
	Órgão de acompanhamento de políticas públicas (OAPP)	Alguma vez o Conselho já interferiu para mudar alguma obra/programa em andamento?
	Relação com outros processos participativos (RPP)	As ações e decisões do Conselho são repassadas para outras instâncias participativas? O Conselho tem influência sobre os processos de participação popular (Conferências, Consultas, Audiências) que ocorrem no município/região? De que forma isso ocorre?
	Relação com outros conselhos (RC)	O Corede se relaciona com outros conselhos? Comente sobre.
	Transparência (T)	Existe algum meio de divulgação das atas e ações dos Conselhos? O Conselho tem acesso às informações do setor público? De que forma? Em caso de ter acesso, essas informações são utilizadas para a tomada de decisões dentro do conselho?

Fonte: Elaboração dos autores

Esses processos são importantes para garantir a transparência, a efetividade e a legitimidade das políticas públicas, uma vez que permitem que a sociedade acompanhe e influencie as decisões tomadas pelos governos e demais órgãos responsáveis pela gestão dos recursos públicos. Além disso, os processos de discussão no controle social contribuem para o fortalecimento da cidadania, da democracia e da participação popular na vida política do país (ALLEBRANDT, 2010; 2016; TENÓRIO, 2012).

Os critérios de análise que norteiam esta categoria são: canais de difusão (CD), qualidade da informação/inteligibilidade (QII), transversalidade das informações (TI), pluralidade das discussões (PD), órgãos de acompanhamento de políticas públicas (OAPP), relação com outros processos participativos (RPP), relação com outros conselhos (RC), transparência (T) (Quadro 5).

Ao analisar as respostas dos entrevistados, verificou-se que no critério dos Canais de Difusão, a pergunta que tinha por objetivo identificar quais canais são utilizados para divulgar processos de discussão, e as respostas fornecidas apresentam uma variedade de opções.

De maneira geral, é possível evidenciar que as mídias tradicionais, como rádio e jornal, são citadas com frequência. Além disso, o e-mail e o WhatsApp também aparecem com destaque como formas de contato.

As redes sociais também são mencionadas em diversas respostas, juntamente com o site do fórum dos Coredes ou da prefeitura. Há também referências a outros meios menos convencionais, como o carro de som e as reuniões presenciais.

No entanto, é importante notar que a diversidade de respostas sugere que não há uma única forma padronizada de divulgar processos de discussão, e que a escolha dos canais pode variar de acordo com o público-alvo e as particularidades de cada situação e/ou região. Portanto, é necessário avaliar cuidadosamente quais canais são mais adequados para atingir o público desejado e garantir a participação efetiva na discussão.

Quadro 5 - Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Processos de Discussão

Corede	Critérios							
	CD	QII	TI	PD	OAPP	RPP	RC	T
COB01	e-mail, whats, redes sociais, mídias tradicionais	Informações são repassadas de forma clara e objetiva	Não percebem outro órgão semelhante ao Corede. Temas discutidos são levados a outros espaços, como Comudes, mas depende de cada conselheiro, onde ele se relaciona.	Temas debatidos: rodovias, duplicação BR386, agronegócio, infraestrutura para municípios, segurança pública, escolas, saúde e desenvolvimento do turismo	Os conselheiros já foram ouvidos a fim de alterar algumas situações no projeto de duplicação da BR.	Decisões às vezes são repassadas aos Comudes, ou locais em que o conselheiro está inserido. Quando convidado o conselho participa de outros processos participativos.	O Corede dialoga quando convidado, ultimamente mais com o Comude e Conselho de Turismo.	Os resultados das discussões são colocados em ata, que são divulgadas no grupo do Comude. Não tem um canal de divulgação, mas estão à disposição.
COJ02	Contato direto pela secretária, whats, pessoalmente e site do Fórum dos Coredes	As informações são de linguagem simples, de fácil interpretação.	Não percebem outro órgão ou instituição que atuem de forma semelhante ao Corede. Quando necessário, os temas são debatidos em outros espaços	Temas sobre o desenvolvimento econômico.	Já houve interferência por parte do conselho, como destinação de recurso ao hospital e infraestrutura	Quando necessário, as decisões são repassadas aos órgãos de interesse. O conselho participa sempre que possível das audiências na região.	O Corede procura fazer interlocuções com outros conselhos de interesse da pauta em discussão.	A atas são divulgadas no site.
COC03	Mídias sociais e tradicionais	Nem sempre, as vezes, não chega muito claro por parte do Governo do Estado para o Corede, Como foi no caso de que funcionaria o aplicativo para a Consulta Popular.	Não percebem outro órgão/instituição que atue como o Corede. Tem as que buscam o desenvolvimento em áreas temáticas específicas. Os temas são debatidos para além do Corede	Temas debatidos sobre o turismo, educação, segurança, agroindústria, saúde, inovação tecnológica, cultura, meio ambiente.	Há sempre uma sugestão sobre as PP, mas não uma interferência.	Se faz diálogos com a região. Corede participa sempre que possível de outras discussões sobre o desenvolvimento.	Há uma boa relação do Corede com outros conselhos que tenham o debate sobre o DR.	Não há um meio de divulgação das atas.
COCCS 04	E-mail, whats e site.	As informações são repassadas de forma clara.	Talvez câmaras de indústria atuem de	Turismo é muito debatido como ponto futuro do	O Corede já participa ativamente para	Quando necessário há diálogo.	O Corede se relaciona com outros conselhos.	As atas são divulgadas na página do Corede

			forma semelhante aos Coredes. Os temas são repassados para além do espaço do Corede, para a imprensa e outros órgãos de interesses.	desenvolvimento regional.	apoiar a melhoria na infraestrutura hospitalar.	Durante a pandemia não houve articulação com outros espaços, mas sempre há intenção de participação.		ou via emissoras de rádio ou jornais.
COCE05	Rádio e Whats	Buscam passar as informações com maior clareza possível	Associação dos municípios	Os temas tratados são de acordo com as demandas do projeto, mas o principal é sobre agricultura, educação, saúde e turismo.	Não houve interferência do Corede sobre mudar alguma obra ou programa em andamento	Depende do tema, se é passado para a região. Não recebem convite para participar de audiências públicas.	Comudes	As atas são divulgadas no grupo de whats do Corede, e quando solicitado, são enviadas.
COCE06	Rádio, jornal e whats	Na maioria das vezes as informações são entendidas de forma clara	Órgãos que atuam em áreas específicas, como na agricultura. Os temas passam por outras instâncias, mas precisa ampliar	Temas que visem o desenvolvimento regional, criação de uma cooperativa, agricultura e turismo	Obra não, mas se trabalhou a importância em discutir o desenvolvimento da região, não do município individualmente.	O Corede levanta temas, discussões, como exemplo, a privatização da Corsan.	O Corede se relaciona com conselhos municipais.	Eventualmente são transmitidas pelos whats, mas só para os integrantes.
COCE07	E-mail, jornal, whats, carro de som e site.	Nem sempre são tão claras as informações.	Não são percebidas instituições semelhantes ao Corede. Os temas são repassados. Outras instâncias, muitas vezes precisam de informações, por exemplo, o PED.	Agricultura, pecuária, cooperativismo, desenvolvimento econômico, turismo, saúde e meio ambiente.	Já houve interferência, pois havia uma solicitação, que foi feita de uma forma, e veio de outra.	O Corede participa de outras conferências como da saúde, desenvolvimento social, defesa civil.	Com os Comudes e outros conselhos municipais.	As atas ficam disponíveis para quem precisar.
COFNO08	Whats, mídias sociais, rádios e jornal.	Busca-se passar todas as informações de modo claro.	A associação dos municípios atua de forma semelhante ao Corede. Os temas são repassados para a	Infraestrutura, aeroporto regional, saúde, educação. Todas as áreas que visem o DR.	Não houve interferência, o Corede faz as discussões.	Quando necessário, se faz um diálogo com outros órgãos, depende da temática.	Eventualmente se tem algum contato, quando o Corede recebe algum convite específico.	As atas são elaboradas e lidas na próxima reunião. As vezes são divulgadas no Facebook.

			agência de desenvolvimento.			O Corede participa em outras instâncias participativas sempre que chamado		
COFO09	E-mail, convites, redes sociais, mídias tradicionais (rádio e jornal), carro de som.	Os temas tratados não são complexos. Há não ser pelo aplicativo da Consulta Popular, que foi um pouco complicado.	Houve tentativas de criar observatórios que atuariam como os Corede, mas não deu certo. Tem a Associação dos Vereadores e Prefeitos. Temas são propostos no conselho, e são abertos a todos.	Saúde, educação, segurança, transporte, agricultura.	Já houve interferência, por exemplo, opinamos em assembleia em temas que fossem regionais e não municipais.	Sempre que convidado, o Corede participa	Com os conselhos municipais.	Não há um meio específico de divulgação à comunidade, mas estão a disposição.
COLIN010	Mídias tradicionais, redes sociais, whats	As informações normais e gerais do Corede não são complexas, mas a questão do processo da consulta popular foi mais complicado, por conta do aplicativo.	As associações dos municípios atuam de forma semelhante ao Corede. Debates para além do Corede, somente com a população.	Consulta popular, turismo e saneamento básico.	O Corede sempre faz apontamentos, que sempre são levados em conta.	Não há um costume de repassar informações para outras instâncias participativas, a não ser o que for específico para cada setor.	O Corede faz interlocuções com conselhos municipais.	As atividades do Corede são divulgadas nas redes sociais. Mas as atas, mais para os interessados, mas ficam à disposição.
CODEI1	E-mail, grupos de whats, mídias tradicionais, mídias sociais.	As informações são repassadas de forma clara e objetivas. Quando necessários se traz exemplos.	Há agências de desenvolvimento mais na questão de apoiar as agroindústrias. Os temas são discutidos para além do Corede, principalmente os de turismo e agricultura.	Agricultura, bacia leiteira, fruticultura, turismo, meio ambiente, como a recuperação do solo e águas.	O Corede normalmente faz cobranças, fiscaliza, sugere, mas não interfere.	O Corede participa de outros conselhos municipais sempre que solicitado.	Com a maioria dos conselhos municipais.	As atas não são divulgadas em nenhum meio, mas caso alguém solicita, é encaminhada.
COMET12	E-mail, Whats e face.	A comunicação das informações	Não se percebe outro órgão a nível	A realização da Consulta Popular	O Conselho não interfere nas	As ações dos conselhos não são	Se relacionava com os Comudes	As atas são físicas. Não tem nenhum

		deveriam ser mais claras.	regional, apenas municipal, como os conselhos municipais. Temáticas são discutidas em outros espaços.		decisões, só articula as discussões.	discutidas em outros ambientes e da mesma forma, não interfere em outros processos participativos.	durante a Consulta popular, mas está desarticulado no momento.	meio de divulgação. Mas já foi solicitado e as pessoas tiveram acesso.
COMIS 13	Whats, E-mail e rádios.	As informações são repassadas de forma clara. Caso alguém não tenha entendido, se repete a informação.	A associação dos prefeitos, entendo que atuam de forma semelhante ao Corede. Temáticas que precisam ser debatidas fora do Corede, são repassadas às áreas de interesse.	Consulta Popular, asfalto, construção de pontes, aeroporto regional e turismo.	O Corede não interfere nas ações, ele faz a interlocução.	São repassadas informações pertinentes a determinadas áreas. Corede participa de outras discussões fora do conselho, que visem o desenvolvimento regional.	O Corede se relaciona mais com as associações do que com outros conselhos.	As atas são divulgadas dentro do grupo do Corede e dos Comudes.
CONO R14	E-mail, Whats, rádios, jornais.	Os temas que envolvem a Consulta Popular, tem se tornado mais complexos nos últimos anos. Então é um desafio passar estas informações.	Há associações que discutem o desenvolvimento regional, câmaras de vereadores, Assembleia Legislativa, mas não iguais aos Coredes, somente tem discussões semelhantes.	A pandemia, a Agricultura familiar, oportunizar novos campos de trabalhos, desenvolvimento empresarial, saúde, sala do empreendedor.	(Não foi feita a pergunta).	O Corede sempre participa de outros conselhos municipais, principalmente com o Comude, assim podemos dizer que participamos de outros processos	Comudes e demais conselhos municipais.	São disponibilizados os resultados das assembleias, mas não das atas, mas se necessário, são colocadas a disposição.
CONO RD15	Redes sociais, whats e rádio.	Depende do tema, pode-se dizer que as informações são de fácil entendimento, alguns são mais complexos.	Não reconhece instituição que atue da mesma forma que o Corede. Os temas são repassados aos conselhos municipais.	Segurança pública, meio ambiente, cadeia produtiva da agricultura familiar, pavimentação das rodovias e educação.	Não houve momento em que o Corede tenha interferido para mudar alguma ação.	Os Coredes sempre estão à disposição de todos.	Se relaciona com Fórum dos Coredes, Comudes, OAB, Conselho da Contabilidade, e outros organizados na região	As atas são divulgadas no site. Mas está desatualizado.
CONOT E16	Rádios comunitárias e internet.	As informações são bem tranquilas no Corede, o que teve de mais complexo foi a	Tinha agência de desenvolvimento que atuava de forma semelhante. Os temas são	Acesso asfáltico, turismo e agricultura familiar.	Normalmente o Corede não interfere para mudar algo que já esteja acertado.	Normalmente o Corede é convidado para participar de	Com o Coder – conselho de desenvolvimento, Conselho da criança, da	As atas não ficam disponíveis, mas se alguém requisitar, será

		votação online com o aplicativo	repassados aos municípios para debate.			audiências e assembleias.	educação e meio ambiente.	fornecido o acesso.
CODEP 17	whats	As informações são repassadas de forma clara.	A Federasul atua de forma semelhante. Temas não são repassados a outras instâncias	Turismo regional, Acessibilidade, aeroporto regional,	Já interferiu, por exemplo, a questão dos pedágios.	O Corede não tem influência em outros processos participativos.	O Corede não se relaciona com outros conselhos.	As atas são divulgadas internamente.
CORIV 18	E-mails, redes sociais e whats.	As informações são repassadas de forma clara.	O Consórcio tem um papel semelhante ao do Corede. Quando o tema envolve outra entidade, eles são repassados.	(pergunta não realizada).	O Corede já interferiu na destinação de recurso da Consulta Popular, verba para aquisição de serviços pelo município, foi aplicado na UTI do hospital.	O Corede participou das discussões sobre a seca, para a busca de recurso.	O Corede não tem esta prática de ir buscar os outros conselhos.	As atas são divulgadas apenas entre os participantes da reunião. Publicamente não, pois não há uma obrigatoriedade.
COSER 19	Redes sociais e mídias tradicionais.	As informações poderiam ser repassadas de uma forma melhorada.	Não há outra instituição que atue igual ao Corede. Os temas são discutidos além do Corede, pois tem temas que são de interesse de diversas áreas.	Meio ambiente, mobilidade urbana, infraestrutura e turismo.	O Corede já interferiu para apoiar no desenvolvimento do projeto para o turismo.	O Corede precisa melhorar a questão da comunicação com outros setores. Poderia ter influência, porém falta disponibilidade para esta participação.	O Corede tem relação com as coordenadorias da educação e saúde.	As atas não são divulgadas.
CORS2 0	Whats e reuniões.	Há uma rotatividade de pessoas, isto faz com que as informações passadas não sejam muito eficazes.	A Associação dos Municípios atua de forma semelhante. Temas são repassados aos Comudes, instituições parceiras e prefeituras.	Turismo regional, agricultura, indústrias, educação e saúde.	O Corede costuma contribuir nas discussões, não interferir.	O Corede tem influência, participa de várias conferências e projetos de outras instituições.	O Corede se relaciona com os Conselhos de desenvolvimento rural e turismo.	As atas são divulgadas apenas no grupo de whats do conselho
COVA2 1	Rádio, jornal e internet, e redes sociais via	As informações são repassadas de forma clara.	Associação dos Municípios atua de forma semelhante.	Turismo, parque tecnológico, saúde, educação, agricultura.	O Corede nunca fez interferência em obras em andamento.	O Corede normalmente atua como articulador	Com os Comudes, conselho da saúde, educação e rural.	São entregue uma cópia da ata a cada membro da diretoria.

	prefeituras municipais.		Temas são repassados ao Fórum de secretários municipais.			dos eventos participativos.		
COVAJ 22	Rádios, jornais, redes sociais sites da prefeitura, whats.	As informações são repassadas de forma clara.	Não reconhecem nenhuma instituição que atuem de forma semelhante ao Corede. Temas são debatidos no próprio Corede.	Saneamento básico, resíduos sólidos, agroindústria, saúde, turismo, valorização das empresas.	Corede nunca fez interferência em obras em andamento.	(Não foi feita a pergunta)	O Corede se relaciona com os Conselhos da saúde, educação e Assistência Social, meio ambiente e agricultura.	Atas ficam no mural. O cidadão não busca ter este conhecimento, ocorre solicitação por acadêmicos, aí as atas são disponibilizadas.
COVAR S23	Site, redes sociais, rádios e jornais.	Em reuniões do Corede informações são claras, até porque, a maioria são pessoas acostumadas com o processo.	Não reconhecem instituição que atue de forma semelhante ao Corede. Os temas são repassados para os Comudes.	Consulta Popular, segurança pública, educação e saúde.	O Corede não interferiu em nenhuma ação em andamento.	O Corede costuma participar das audiências públicas.	O Corede se relaciona com os Comudes, mas deveria se relacionar mais com os outros conselhos.	As atas são apresentadas ao grande grupo, mas não são divulgadas externamente.
COVAR P24	As assembleias	As informações são repassadas de forma clara.	Não se percebe instituição igual ao Corede, As vezes temas são repassados, de acordo com a relação do tema.	Desenvolvimento rural, sustentabilidade, Consulta Popular, pequenas centrais hidrelétricas.	O Corede não interferiu em nenhuma ação em andamento.	O Corede participa das audiências públicas, fóruns de debates.	O Corede se relaciona com os conselhos municipais.	As atas ficam disponíveis no site do Corede.
COVAT 25	Redes sociais, ofícios encaminhados por e-mail, e jornal.	As informações são repassadas de forma clara.	Câmara da Indústria atua de forma semelhante. Temas são repassados a outras entidades.	Rodovias, indústria e comércio.	O corede já interferiu nas questões da unificação das rodovias.	O Corede participa das audiências públicas.	O Corede se relaciona mais com os Comudes.	As atas não são divulgadas, mas entende que é possível melhorar esta questão.

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

No Critério que versa sobre a Qualidade das Informações/Inteligibilidade, as respostas fornecidas à pergunta sobre a clareza e objetividade das informações apresentadas sugerem que, em geral, as informações são repassadas de forma clara e objetiva. Algumas respostas destacam que a linguagem utilizada é simples e de fácil interpretação, e que as informações são entendidas com clareza pela maioria das pessoas.

No entanto, também há algumas respostas que sugerem que nem sempre as informações são tão claras quanto deveriam ser. Alguns participantes mencionam que a questão do processo da consulta popular pode ser mais complexa e difícil de entender, especialmente no que se refere à utilização do aplicativo para a votação online.

É interessante notar que alguns participantes sugerem que a comunicação das informações poderia ser melhorada, seja por meio da utilização de exemplos ou de uma linguagem mais acessível. Além disso, alguns mencionam a rotatividade de pessoas como um fator que pode prejudicar a eficácia da comunicação.

Em resumo, as respostas indicam que, embora em geral as informações sejam apresentadas de forma clara e objetiva, há sempre espaço para melhorias na comunicação, especialmente em relação a temas mais complexos ou quando há mudanças na equipe de participantes.

No critério da Transversalidade das Informações, com base nas respostas fornecidas, é possível identificar que a maioria dos entrevistados não reconhece outra instituição que atue de forma semelhante ao Corede, com exceção das associações de municípios e, em alguns casos, câmaras de indústrias e consórcios. Alguns entrevistados mencionam agências de desenvolvimento, mas apontam que sua atuação é mais específica, como apoiar as agroindústrias.

Quanto aos temas discutidos, é comum que sejam repassados para outras instâncias, como conselhos municipais, instituições parceiras e prefeituras. Alguns entrevistados destacam que os temas são debatidos para além do Corede, principalmente os relacionados ao turismo e agricultura. No entanto, há também relatos de que os debates ocorrem apenas dentro do próprio Corede e que, em alguns casos, a divulgação dos temas se restringe à imprensa.

Em geral, as respostas apontam para a importância do Corede na discussão e formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional, e destacam a falta de instituições semelhantes em termos regionais. Algumas sugestões foram feitas de criar observatórios ou fóruns para atuar de forma semelhante ao Corede, mas não parecem ter sido bem-sucedidas.

No que diz respeito ao critério da Pluralidade das Discussões, esta pergunta tinha o intuito em entender quais são os temas que têm sido mais discutidos no âmbito do Corede. Pelas respostas apresentadas, podemos observar que os temas mais frequentemente mencionados são:

- Infraestrutura e transporte: rodovias, duplicação de BRs, acesso asfáltico, aeroporto regional, pavimentação de rodovias, construção de pontes, mobilidade urbana.
- Agricultura e agroindústria: agronegócio, agricultura familiar, pecuária, bacia leiteira, fruticultura, cooperativismo, valorização das empresas.
- Turismo: desenvolvimento do turismo regional, turismo rural, turismo regional, parque tecnológico, acesso ao turismo.
- Educação: escolas, educação, sala do empreendedor.
- Saúde: saúde, cadeia produtiva da agricultura familiar.
- Meio ambiente: meio ambiente, recuperação do solo e águas, sustentabilidade, resíduos sólidos.

Outros temas mencionados incluem consulta popular, desenvolvimento econômico, inovação tecnológica, cultura, segurança pública e pequenas centrais de hidroelétrica.

Vale ressaltar que muitas das respostas destacam que os temas discutidos variam de acordo com as demandas específicas de cada projeto ou região. No entanto, é possível observar que há certos temas que são mais recorrentes e que refletem as principais preocupações e desafios enfrentados pela região em questão, como exemplo o turismo e ações que visem o desenvolvimento regional.

Em **Órgãos de Acompanhamento de Políticas Públicas**, com base nas respostas, é possível observar que o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) não tem um histórico de interferência direta em obras ou programas em andamento. Em geral, os conselheiros apontam sugestões, fazem cobranças, fiscalizam e articulam discussões.

O Corede também costuma participar ativamente em ações para apoiar a melhoria na infraestrutura hospitalar e no desenvolvimento do turismo regional. Além disso, já houve interferência em questões como destinação de recursos e unificação das rodovias.

No entanto, é importante destacar que as intervenções do Corede parecem estar mais voltadas para discussões e interlocução, sem a intenção de interferir diretamente nas ações em andamento.

Sobre as **Relações com outros Processos Participativos**, analisando as respostas, percebe-se que há uma certa divergência entre as opiniões dos entrevistados em relação à interação do Conselho com outras instâncias participativas. Enquanto algumas respostas afirmam que as ações e decisões são repassadas para outros órgãos e conselhos locais, outras afirmam que não há esse costume de repassar informações.

De modo geral, o Conselho é convidado a participar de audiências públicas, fóruns de debates e outras conferências relacionadas ao desenvolvimento regional. A maioria dos entrevistados concorda que o Conselho participa sempre que possível de outros processos participativos.

Alguns entrevistados mencionaram que o Corede atua como articulador em eventos participativos, levantando temas e discussões relevantes. Além disso, há relatos de que o Corede participou de discussões sobre temas específicos, como a seca e a privatização da Corsan.

No entanto, nem todos os entrevistados veem o Conselho como influente nos processos de participação popular. Alguns acreditam que o Conselho não interfere em outros processos participativos e que sua influência é limitada às discussões realizadas dentro do próprio Conselho.

Há também relatos de que o Conselho precisa melhorar a questão da comunicação com outros setores e instituições, o que pode indicar que a colaboração e o compartilhamento de informações entre diferentes instâncias participativas podem ser aprimorados.

No critério da **Relação com outros Conselhos**, a partir das respostas dadas, é possível perceber que o relacionamento do Corede com outros conselhos é variado e depende muito da temática e do interesse da pauta em discussão. Há relatos de boas relações com outros conselhos que abordam o desenvolvimento regional, como os Comudes e Conselhos de Turismo, além de relações pontuais com outros conselhos municipais e associações. No entanto, também há relatos de falta de articulação e desarticulação em alguns casos.

Alguns entrevistados destacaram que o Corede procura fazer interlocuções com outros conselhos, enquanto outros afirmaram que não é uma prática comum do Corede buscar outros conselhos. Por outro lado, há relatos de relações mais amplas com coordenadorias de educação e saúde, bem como com conselhos de desenvolvimento rural e turismo.

Em geral, pode-se dizer que o relacionamento do Corede com outros conselhos não é muito estruturado e parece ser mais pontual do que sistemático. No entanto, há exemplos de boas práticas e de relações mais estreitas em determinadas áreas, o que pode ser um caminho para fortalecer a participação e a articulação do Corede com outros atores da sociedade civil.

No último critério desta categoria, que versa sobre a **Transparência**, a partir das respostas dadas pelos membros do Corede, é possível perceber que não há um meio padronizado de divulgação das atas e ações do conselho. Algumas atas são divulgadas em grupos de WhatsApp, outras no site do Corede ou em redes sociais, e outras ainda ficam disponíveis apenas para os membros do conselho. Alguns membros destacaram a disponibilidade das atas para quem solicitar, enquanto outros enfatizaram a falta de um meio específico de divulgação.

É importante que o Corede avalie a forma como as informações são divulgadas para garantir que elas cheguem de forma clara e transparente para a comunidade. A divulgação das atas e ações do conselho é fundamental para que a população possa acompanhar o trabalho realizado e entender as decisões tomadas pelo grupo. Um meio de divulgação padronizado e acessível para todos é uma maneira de fortalecer a transparência e a participação social na gestão pública.

Em suma, em relação aos Processos de Discussão no âmbito do Corede, utilizando critérios como canais de difusão, qualidade das informações/inteligibilidade, transversalidade das informações, pluralidade das discussões, órgãos de acompanhamentos de políticas públicas, relação com outros processos participativos, relação com outros conselhos e transparência se verifica que: quanto aos **canais de difusão**, as respostas indicam que não há uma forma padronizada de divulgar os processos de discussão, e que a escolha dos canais pode variar de acordo com o público-alvo e as particularidades de cada situação. Em relação à **qualidade das informações**, as respostas mostram que, em geral, as informações são repassadas de forma clara e objetiva, mas há espaço para melhorias na comunicação. No critério da **transversalidade das informações**, a maioria dos entrevistados não reconhece outra instituição que atue de forma semelhante ao Corede, e os temas discutidos geralmente são repassados para outras instâncias, e em relação à **pluralidade das discussões**, os temas mais frequentemente mencionados são infraestrutura e transporte, agricultura e agroindústria, turismo e educação. Em **órgãos de acompanhamentos de políticas públicas**, o conselho não costuma interferir diretamente em obras ou programas em andamento, mas sim apontar sugestões, fiscalizar, cobrar e articular discussões. Na questão de relação com outros processos participativos, alguns Coredes participam ativamente de ações para melhorar a infraestrutura hospitalar e o turismo regional, além de atuar como articulador em eventos participativos. Há divergências sobre a relação do Corede com outros processos participativos, mas, em geral, ele é convidado a participar de audiências públicas, fóruns de debates e outras conferências relacionadas ao desenvolvimento regional. Sobre a **relação com outros conselhos**, o relacionamento do Corede com outros conselhos é variado e depende da temática em discussão, e a **transparência** das informações divulgadas pelo Conselho ainda precisa ser aprimorada para garantir a participação social na gestão pública.

3.2 INCLUSÃO

A segunda categoria é um elemento-chave do controle social; a **Inclusão** (Quadro 6), pois garante que as vozes de todos os cidadãos sejam ouvidas e que todos possam participar da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Critérios: Abertura dos espaços de decisão e valorização cidadã.

Quadro 6 – Categoria Inclusão: critérios e questões norteadores

INCLUSÃO	Abertura de espaços de decisão	Como o cidadão, de maneira geral, pode participar do processo de discussão e/ou deliberação no Conselho?
	Valorização cidadã	Quais ações o conselho faz, para valorizar e incentivar a participação da sociedade?

Fonte: Elaboração dos autores

Os critérios de abertura dos espaços de decisão e valorização cidadã são fundamentais para garantir a participação e o engajamento da população nas decisões políticas e na gestão pública. Esses critérios buscam assegurar que o processo de discussão seja transparente, democrático e inclusivo, permitindo que todas as vozes e opiniões sejam ouvidas e consideradas na tomada de decisões (ALLEBRANDT, 2010; 2016; VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2007; RIBAS, 2017; MAZZOTTA & D’ANTINO, 2011; GOULART, 2012)

Um dos principais objetivos da abertura dos espaços de decisão é promover a transparência na gestão pública, permitindo que os cidadãos tenham acesso a informações relevantes e possam participar ativamente das decisões que afetam suas vidas. Para isso, é importante que as informações sobre os processos de discussão sejam amplamente divulgadas e acessíveis, garantindo que todos tenham a oportunidade de se informar e participar (ALLEBRANDT, 2010; 2016; 2018; VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2007; RIBAS, 2017).

A abertura dos espaços de decisão é fundamental para garantir a participação efetiva dos cidadãos e fortalecer o controle social. Esses espaços podem ser representados por conselhos, fóruns, comitês e outras instâncias de participação popular (ALLEBRANDT, 2016; VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2007). A abertura desses espaços de decisão pode ser alcançada de várias maneiras, como por exemplo, através da divulgação ampla e transparente de informações, da realização de audiências públicas, da criação de canais de comunicação com a população, da garantia de acessibilidade aos locais de reunião, dentre outras medidas.

Quando os espaços de decisão estão abertos, a sociedade civil pode se envolver de forma mais ativa na gestão e fiscalização das políticas públicas, apresentando demandas, sugestões e críticas, além de contribuir para o monitoramento da execução das políticas e programas.

Além disso, a valorização cidadã é um critério importante que busca reconhecer e valorizar as contribuições dos cidadãos para a gestão pública. Isso pode ser feito por meio de incentivos à

participação, como premiações e reconhecimentos, ou pela inclusão de representantes da sociedade civil em comitês e grupos de trabalho que discutem políticas públicas (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011; GOULART, 2012).

Em resumo, os critérios de abertura dos espaços de decisão e valorização cidadã são fundamentais para garantir a participação e o engajamento da população nas decisões políticas e na gestão pública, promovendo a transparência, a democracia e a inclusão social.

Sobre a abertura de espaços de decisão, em que se verificou como o cidadão, de maneira geral, pode participar do processo de discussão e/ou deliberação no Conselho, se constatou que a abertura de espaços de decisão é um processo fundamental para a participação efetiva da sociedade nas discussões e deliberações de políticas públicas e de acordo com a análise realizada, o cidadão pode participar do processo de discussão e deliberação no Conselho de diferentes maneiras, desde entrar em contato e solicitar informações sobre as reuniões, até participar das assembleias e audiências públicas.

De acordo com as informações fornecidas, as assembleias são abertas ao público em geral, mas os membros do Corede, como presidentes dos Comudes, prefeitos e vereadores, têm cadeiras efetivas e direito a voto. Ainda assim, nas votações da Consulta Popular, todos os cidadãos com título de eleitor podem participar. A síntese das respostas dos entrevistados está apresentada no Quadro 7.

Quadro 7 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Inclusão

COREDES	CRITÉRIOS	
	Abertura dos espaços de decisão (AED)	Valorização Cidadã (VC)
COB01	O cidadão pode participar da forma que ele desejar, pode fazer contato e solicitar as datas dos encontros. Durante a pandemia ficou um pouco prejudicado. Mas fazemos também o chamamento para a comunidade participar, utilizando os jornais e divulgando para os Comudes.	A própria existência do Corede já seria um incentivo para a comunidade participar das discussões, o problema é que as pessoas participam só quando tem algum interesse, pois quando esse interesse passa, não participam mais.
COJ02	Nas assembleias participam mais os membros do Corede que tem direito ao voto, as representações como os presidentes dos Comudes, prefeitos, Câmara de Vereadores, são os que tem cadeira efetiva. Mas na Consulta Popular ela é 100% aberto para o público para votação, porém essa participação depende muito do evento e da atividade que estamos desenvolvendo.	Sem resposta
COC03	Envolvemos diferentes coletivos, como turismo, educação. hoje aqui na região a gente tem algumas frentes que demanda o maior investimento agroindústria agricultura familiar nós desenvolvemos	Sem resposta

	a questão do turismo, aí todos os agentes do turismo vão em busca da sociedade e cada um desses segmentos se articulam. Sempre convidamos a participar, incentivamos que venham defender os interesses.	
COCCS04	O cidadão de forma geral participa nas reuniões e nas votações da Consulta Popular.	Não é realizada nenhuma ação diretamente.
COCE05	Por meio das nossas audiências, pois são abertas para toda comunidade, para todos que quiserem participar, são todos bem-vindos.	Buscamos incentivar fazendo convites para participarem, fazemos um chamamento nos meios de comunicação.
COCEN06	Eu acho que esse espaço, ainda não abrimos para que o cidadão possa realmente dar sua opinião.	Sem resposta
COCES07	Fazemos reuniões municipais, depois organizamos em microrregionais para que todos possam participar das discussões. Buscamos sempre dar respostas sobre os projetos que foram executados. Então é um momento em fazem perguntas e ocorre os debates. Depois ainda fazemos duas reuniões macrorregionais. E passamos pra eles, os resultados por meio eletrônico, e tem ainda um momento de <i>coffee break</i> , momento mais solene da divulgação. Então o processo todo é construído na base do município com apoio do Comude.	Toda vez que nós temos algum resultado nós tentamos fazer a divulgação pra valorizar os parceiros, como exemplo, a questão das entregas da agricultura, então nós comunicamos à associação de produtores e criadores. A associação os conselhos municipais de agricultura lançam tudo em ata pra poder participar na consulta.
COFNO08	Todas as reuniões que a gente realiza são abertas, elas são públicas. O cidadão pode participar e a gente faz essa divulgação pelas redes sociais, claro que ele não vai ter direito ao voto. O voto é só aquilo que está no estatuto, mas as discussões plenamente qualquer um pode se fazer presente e participar do processo.	Somente na divulgação dos resultados. Quando a gente fazia as reuniões presenciais nos municípios era o momento em que a gente tinha uma ação mais efetiva no momento de chamar as pessoas e de procurar as convencer de fazer essa participação. Confesso que com a pandemia isso ficou muito dificultoso.
COFO09	Nós fazemos o convite para que as pessoas participem da abertura da Assembleia de audiência pública; as assembleias do Corede são abertas, transparentes. Divulgamos todos os temas que serão tratados. Algumas assembleias são para discussão em geral, outras para quem tem direito ao voto, aí participam somente membros permanentes da composição da Assembleia geral do Corede.	Nós fizemos nossa parte dentro do tamanho da perna, nós somos limitados em recursos, limitados em muitas coisas, mas a gente faz o trabalho que é possível embora hoje o Corede tem um nome bem firmado na região. Então nós só divulgamos os resultados e pedimos a participação das pessoas quando elas têm que votar.
COLINO10	É um mecanismo. Nós temos o Conselho que participa das atividades diretamente com a população. O cidadão participa do debate de interesse local ou interesses específicos, a população participa deste debate e também participa da consulta popular. Todos podem participar e também a gente tem os nossos meios de contato, por exemplo, lista de e-mail e grupo de Whats.	Sem resposta
CODE11	A gente não segue à risca, por exemplo, se chega alguém para a reunião nós não perguntamos qual município ele representa ou se pode votar. Todo mundo que vem para a reunião pode participar, tem vez e voz. A gente nunca foi restritivo. Quanto mais participação melhor; todo e qualquer cidadão que quer se inteirar e conhecer um pouco a questão, pode participar, porém não são muitos que participam.	A gente convida, a gente chama. Inclusive nos cards das redes sociais a gente procura induzir a participação da sociedade. Sempre divulgamos e incentivamos a participação.
COMET12	As reuniões são abertas ao público e para participar do conselho também. Quando tem eleições é chamado	Ultimamente não. Só convocamos a última assembleia para nos

	a comunidade para quem quiser participar. E até pelo regimento tem questões também de câmaras setoriais, mas acabamos não tendo essas composições, mas tem câmaras temáticas que os cidadãos podem ir e representantes da comunidade ou sociedade para participar. Tem a abertura, mas não tem ocorrido devido às desarticulações agravadas pelo período pandêmico.	recompormos enquanto conselho e diretoria. A reunião foi feita para os contatos que tem no e-mail do Corede. A última lista de contatos foi criada em 2015. Não temos um canal direto com a população, a divulgação fica fragilizada.
COMIS13	O Corede convoca o Comude e a participação é livre; o edital é publicado em todas as redes sociais, avisamos a data, então, todos podem participar. Porém o cidadão em geral participa das discussões, mas votar, é somente nas demandas da Consulta Popular.	Convidamos todos para participarem das assembleias, Claro, participar poucas pessoas participam, mas convidamos a nível regional, aí vem alguns empresários, associações, coordenadoria de educação.
CONOR14	Na votação da consulta Popular todo cidadão e cidadã que tem título eleitor participa, na discussão e deliberação de pauta sobre o desenvolvimento os setores credenciais se credenciam e indicam seus representantes, mas nada impede que cidadão, cidadã que queiram participar possam se fazer presente, salvo em momento de votação, daí vota quem tem representação; mas a participação de opinar e questionar, de se fazer presente em qualquer um dos eventos promovidos pelo Corede é de livre acesso a todos.	Buscamos a participação e a discussão do cidadão e cidadã, de criar um espaço público em cada município onde há demandas do ponto de vista da geração de trabalho e renda. Dialogamos de forma profunda com sindicatos, Emater, cooperativas no campo da Agricultura Familiar, dialogamos de forma bastante complexa na questão de hoje olhar as políticas públicas com inclusão dos idosos, que mesmo não estando na Consulta Popular o campo da saúde sempre é um debate e está presente nas atividades do Corede, assim como a educação, a segurança, desenvolvimento econômico. Então são movimentos que no último período se fizeram presente no debate da organização do Corede.
CONORD15	A gente sempre fez divulgações no <i>facebook</i> , que era a ferramenta mais utilizada; hoje sentimos a necessidade de migrar também para o Instagram, para abranger uma parcela maior da população. Mas o conselho sempre foi muito aberto à participação de qualquer pessoa. Sempre vieram nas nossas discussões, profissionais das mais diferentes áreas para trazer informações, pautas, trazer sugestões para discussão. E o pessoal que tem interesse em trazer pautas novas, sempre nos procuram.	Sempre incentivamos a participação, mas não percebe uma participação efetiva, essa é a verdade, porque a gente usa os canais que temos para divulgar, como as rádios comunitárias, mas a participação ocorre quando o cidadão ou a entidade tem algum interesse na pauta. Caso contrário, ela não participa de espontânea vontade. É assim que a gente percebe a participação popular.
CONOTE16	Sempre convidamos toda a comunidade, para participarem de todas as reuniões e. Convidamos todas as associações de bairro também, então vem bastante participação nesse sentido. Agora com essa nova política que pode ser colocada as prioridades pela internet, agora liberou para todos, então qualquer pessoa pode fazer a sua manifestação, indicar alguma coisa, que ele acha prioridade. O que a gente notou nesse tipo de situação é que daí volta as demandas mais locais e não regionais, como ginásio, calçadas, iluminação pública etc.	Nós fizemos as divulgações sobre as assembleias; divulgam nas rádios comunitárias, basicamente é isso.
CODEP17	Hoje não é aberto, é só para membros.	Nunca foi discutido isso.
CORIV18	Divulgamos as Assembleias, porém a população não participa, é muito difícil a não ser que tem um evento específico que seja de mobilização, exemplo antes da	Não entrou em discussão, até porque a diretoria do Corede ela é vista quando tem várias identidades representando

	pandemia a questão da consulta popular onde a população participava opinava, mas não tem muita prática mesmo.	e ficaria a cargo de cada Entidade, de cada membro da diretoria em divulgar para seus associados. Mas a gente não pensou nisso não.
COSER19	Até fizemos a tentativa em inserir o cidadão, tínhamos três pessoas convidadas para representar os setores do cidadão comum eles se iniciaram a participar e desistiram. Nas assembleias regionais é muito difícil a gente ter representação de associações de bairros de sindicatos de trabalhadores.	O cidadão é chamado para participar das assembleias por meio das redes sociais e mídias convencionais.
CORS20	O que forma uma assembleia geral hoje do Corede é a representação municipal que tem prefeito, o presidente da câmara de vereadores, depois temos um representante do Comude e o suplante, depois temos representante dos moradores rurais e urbanos, da sociedade civil, um número grande de 6 pessoas no mínimo de cada município estaria dentro desse grupo que vai participar; o empresariado rural e urbano, a associação dos moradores, cooperativas, todos esses fazem parte de uma assembleia geral.	Nós tentamos ter uma máxima divulgação das assembleias, para incentivar a participação de todos. Nós temos uma divulgação muito ampla das assembleias para que chegue até as outras pessoas.
COVA21	As nossas reuniões são abertas. Então muitas pessoas vêm participar as vezes, vem conhecer. Nós trabalhamos abertamente, com transparência. Todos podem participar, acessar. Muitas lideranças políticas, pessoas vinculadas a deputados, tem participado. A imprensa também participa.	Convidamos todas por meio da imprensa, que sempre participa e divulga, a emissora de rádio mais forte da região está presente e faz boletins ao vivo da nossa então. Essa divulgação sempre existe para poder fazer o chamamento de qualquer cidadão.
COVAJ22	Sempre deixamos em aberto a possibilidade de o cidadão participar, sempre fazemos divulgação para que se alguém tiver alguma sugestão, alguma crítica ou projeto que possa ser desenvolvido na região, que entre em contato. Buscamos fazer contato com o cidadão. No entanto, não forçamos ou impomos nada.	Fazemos o chamamento nas redes sociais, telefone, whatsapp. Sempre fazemos chamadas nas rádios. Temos uma parceria com as nossas rádios, levando transparência aos nossos cidadãos e deixando os canais de contato abertos
COVAR23	Nós pretendemos fazer voltar a ter reuniões presenciais para que nós possamos de ir aos municípios e novamente explicar o que é o Corede e o que é Comude. Pois fazer reuniões online como sociedade não dá certo, as pessoas não entram.	Sem resposta
COVARP24	Sempre Que ocorre assembleias abertas a gente convida a comunidade em geral conselho	Sem resposta
COVAT25	Convidamos todos para que participem, para quem quiser trazer alguma pauta ou alguma discussão. A própria Consulta Popular faz isso. A gente sempre estimulava a participação de todas as áreas; saúde, educação, segurança pública, propostas vinculadas à causa animal, meio ambiente, a questão do pessoal da agricultura, da conservação do solo e melhoria da produção. Então, abriu um leque de oportunidades.	Fazemos comunicados nos canais tradicionais de mídia e redes sociais.

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

Os meios de comunicação e divulgação, como jornais e redes sociais, são amplamente utilizados para informar e incentivar a participação da comunidade. Ainda assim, há

reconhecimento de que a participação cidadã poderia ser ampliada e aprimorada, especialmente em relação à abertura para que a população possa dar sua opinião.

No geral, é possível concluir que o Conselho se esforça para envolver diferentes coletivos e segmentos da sociedade, e que as reuniões são abertas e públicas. No entanto, é importante que haja um constante esforço em garantir a participação efetiva da sociedade nas discussões e deliberações, especialmente em momentos de crise, como a pandemia que prejudicou a participação presencial.

Em relação a Valorização Cidadã, analisando quais ações o conselho faz, para valorizar e incentivar a participação da sociedade, com base nas respostas fornecidas, é possível observar que o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) busca incentivar a participação da sociedade em suas atividades, mas enfrenta desafios para alcançar uma participação efetiva. Algumas das ações realizadas pelo Corede incluem convites para participação em reuniões e assembleias, chamamento nos meios de comunicação e divulgação dos resultados das atividades para valorizar os parceiros.

Além disso, o Corede procura criar espaços públicos em cada município para discutir demandas relacionadas à geração de trabalho e renda, dialogar com sindicatos, Emater, cooperativas e outras entidades para debater políticas públicas em áreas como saúde, educação, segurança e desenvolvimento econômico.

No entanto, apesar dessas ações, o Corede enfrenta dificuldades para incentivar uma participação efetiva da sociedade, sendo que a participação ocorre geralmente apenas quando há algum interesse específico na pauta em discussão. O Corede usa diversos meios de comunicação, como rádios comunitárias, redes sociais, mídias convencionais, telefone e WhatsApp para fazer chamadas e divulgação, mas ainda assim enfrenta desafios em atrair a participação das pessoas.

Em relação à sugestão de criar um canal direto com a população para facilitar a divulgação das atividades do Corede, essa ideia ainda não foi discutida, mas poderia ser uma alternativa interessante a ser considerada. No entanto, seria necessário definir como esse canal seria estruturado e gerenciado, bem como garantir que a divulgação chegue de fato à população de forma efetiva.

No geral, é possível concluir que o Corede está empenhado em valorizar a participação cidadã e busca incentivar a sociedade a se engajar em suas atividades. No entanto, é importante reconhecer que a participação cidadã é um desafio em muitos contextos, e o Corede enfrenta limitações em termos de recursos e meios para incentivar a participação efetiva da sociedade.

Com base nesta análise, pode-se afirmar que a categoria de inclusão é um processo fundamental para a participação efetiva da sociedade em discussões e deliberações de políticas públicas. A análise mostrou que os cidadãos podem participar do processo de discussão e deliberação do Conselho de várias maneiras, desde entrar em contato e solicitar informações sobre reuniões até participar de assembleias públicas e audiências. O Conselho se esforça para envolver diferentes coletivos e segmentos da sociedade, e as reuniões são abertas ao público.

Em geral, pode-se concluir que o Conselho valoriza a participação cidadã e busca incentivar a sociedade a se envolver em suas atividades. No entanto, enfrenta limitações em termos de recursos e meios para incentivar a participação efetiva, e é importante reconhecer que a participação cidadã é um desafio em muitos contextos.

3.3 PLURALISMO

A terceira categoria traz o entendimento sobre o **Pluralismo** e seus critérios: Pluralidade do Grupo Promotor; participação dos diferentes atores e Perfil dos Atores (Quadro 8).

Quadro 8 – Categoria Pluralismo, seus critérios e questões norteadoras

PLURALISMO	Pluralidade do Grupo promotor	O regimento/estatuto do Conselho prevê a participação dos diferentes atores da sociedade (poder público, setor empresarial, sociedade civil organizada)? Se sim, existe efetiva participação? O Conselho permite que todos os membros, representantes das instituições, se posicionem?
	Participação dos diferentes atores	Além dos representantes que hoje compõem o Corede você pode indicar outros segmentos, grupos ou lideranças que na sua opinião deveriam estar inseridos no conselho?
	Perfil dos atores	O(s) conselheiro(s) tem consciência da importância do processo democrático de participação?

Fonte: Elaborado pelos autores

O pluralismo no controle social é uma abordagem que reconhece a diversidade de interesses, opiniões e perspectivas na sociedade e busca garantir que essas vozes sejam ouvidas nas

decisões públicas. Isso implica na promoção da participação de diferentes grupos e segmentos sociais, a fim de evitar a dominação de um único grupo de interesse ou uma perspectiva hegemônica sobre as outras.

No contexto do controle social, o pluralismo é importante para garantir que os mecanismos de participação social sejam abertos e inclusivos a todos, independentemente da posição social, etnia, gênero, orientação sexual, entre outras características. Isso significa que todos devem ter as mesmas oportunidades de participação e que os mecanismos de controle social devem levar em consideração a diversidade de perspectivas e interesses (ALLEBRANDT, 2016; TENÓRIO, 2008, 2010; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017).

O pluralismo no controle social também ajuda a garantir que as decisões públicas sejam baseadas em uma ampla gama de informações e opiniões, aumentando a probabilidade de que as decisões tomadas sejam justas e equilibradas. Além disso, essa abordagem ajuda a prevenir a captura de políticas por grupos de interesse específicos, que podem buscar influenciar a tomada de decisões em seu próprio benefício.

Tenório (2008,2010) aborda o pluralismo de forma bastante ampla e abrangente, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, política e social em nossas sociedades. Ele argumenta que o pluralismo é uma condição fundamental para o fortalecimento da democracia e para a promoção da justiça social e da equidade. Ele ainda sugere que o pluralismo implica o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, bem como a abertura para o diálogo, a negociação e o compromisso entre as diferentes visões e interesses presentes em uma sociedade. Ele destaca que, para que o pluralismo seja efetivo, é necessário que haja mecanismos institucionais que permitam a participação e a representação das diferentes vozes e perspectivas presentes em uma sociedade.

Acerca dos critérios do pluralismo, estes são fundamentais para garantir a diversidade de opiniões e a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões (TENÓRIO, 2008, 2010).

O primeiro critério, a pluralidade do grupo promotor, significa que é necessário que haja uma variedade de grupos representativos da sociedade envolvidos no processo de controle social. Isso permite que diferentes perspectivas e interesses sejam representados, aumentando a

diversidade e a legitimidade do processo (ALLEBRANDT, 2016; TENÓRIO, 2008, 2010; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017).

O segundo critério, a participação dos diferentes atores, implica que além da representatividade dos grupos promotores, é necessário que haja uma ampla participação dos diferentes atores da sociedade, incluindo os cidadãos, organizações da sociedade civil, associações empresariais, sindicatos, entre outros (ALLEBRANDT, 2016; TENÓRIO, 2008, 2010; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017).

Por fim, o terceiro critério é o perfil dos atores, que diz respeito à diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, entre outras características dos indivíduos envolvidos no processo. Isso garante que as diferentes vozes e perspectivas da sociedade sejam ouvidas e consideradas nas decisões tomadas (ALLEBRANDT, 2016; TENÓRIO, 2008, 2010; VILLELA, 2012; RIBAS, 2017).

Portanto, o pluralismo é uma abordagem importante no controle social para garantir a inclusão e a diversidade de perspectivas, aumentar a qualidade das decisões públicas e prevenir a captura de políticas por grupos de interesse. Em resumo, o pluralismo no controle social busca garantir a representatividade e a diversidade de opiniões e perspectivas, bem como a participação efetiva da sociedade em todos os níveis de decisão. No Quadro 9 apresentamos a síntese das respostas às questões vinculadas a estes critérios.

Quadro 9 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Pluralismo

Coredes	Critérios		
	Pluralidade do Grupo Promotor (PGP)	Participação dos Diferentes Atores (PDA)	Perfil dos Atores (PA)
COB01	É uma regra do estatuto que tenha participação, as instituições têm direito a indicação. Quando sai o processo eleitoral, publicamos o edital em jornal e enviamos e-mail para autoridades, para os municípios e solicitamos que os Comudes façam uma disseminação e todos podem se posicionar.	Na nossa região todos têm associação comercial, CDL, cooperativas, sindicatos. Temos 16 segmentos que é bem representativo.	Como estamos sem as reuniões presenciais, estamos fazendo reuniões conforme a demanda devido a pandemia, então o cidadão participa conforme o interesse, a vontade, não sei se é por consciência desta importância ou se é por interesse de demandas específicas.
COJ02	O estatuto prevê a participação de diferentes atores e a todos é permitido que se posicionem.	Acho que é preciso aproveitar as assembleias municipais e microrregionais para promover a ampliação	Nem todos tem esta consciência. Temos muita dificuldade por exemplo, dos prefeitos participarem,

		da participação da região, aproveitar esse momento de revisão dos PEDS para fortalecer os Comudes, e assim ter novas organizações participando dos Coredes.	este é um objetivo, ter mais a participação deles.
COC03	O estatuto prevê a participação de diferentes atores. Todos podem se posicionar.	Sem resposta	Acho que sim porque durante esses seis anos nós acabamos desenvolvendo vários desses momentos.
COCCS04	Prevê e eles normalmente participam, mas só o fazem e participam quando há recurso significativo. E é aberto para que todos se posicionem.	Atualmente, todos aqueles que a gente entende que deveriam estar, estão na equipe.	Eles têm essa noção, mas tudo gira em função de ter ou não disponibilidade de recursos e a força para gerir esses mesmos recursos e hoje o Corede vive às custas da CP. Se o Corede tivesse um posicionamento mais forte no governo do Estado e fazer com que ele use os Coredes como forma de distribuição de recursos mais efetivos, poderíamos ter essa discussão e participação maior.
COCE05	Vamos agora durante esse mandato propor a diretoria para atualizar nosso estatuto e abranger para todas as entidades. E é aberto para todos poderem falar.	Sem resposta	Sim ele sabe das obrigações.
COCEN06	Não me lembro do nosso estatuto, realmente não vou saber te responder, teria até que dar uma olhada no estatuto, e sobre a todos se posicionarem, sim, todos podem, muitas vezes não há consenso, mas é bem democrático.	Sem resposta	Alguns; sim, mas tem alguns nem sabem exatamente porque está participando do conselho e qual é realmente a função primordial de um conselheiro. Penso que todos deveriam passar por um processo de formação.
COCES07	Tanto no Regimento quanto no Estatuto. Porém tem um aspecto legal, que segundo o cartório o Corede não pode ter. Eu fiz um e eles não aceitam, porque dizem que a OSC da forma do decreto de governo é só regimento interno. Mas nós temos os dois escritos, sobre quem compõe, e entra toda a sociedade civil até consórcios, tudo está previsto lá. Sobre todos poderem se posicionar nas discussões, todos podem participar, mas quanto tem algumas questões de votos, aí somente membros da diretoria, ou no caso da	Todos que pensamos que poderiam participar, já estão previstos no estatuto.	A maior parte sim, tem essa ciência, até por que, pelo menos sessenta por cento dos participantes sejam antigos.

	Consulta Popular, somente os delegados.		
COFNO08	Sim, ela prevê a ampla participação das instituições, sempre por meio de entidades representativas, e está aberto para todos se posicionarem.	Eu acho que todos os segmentos estão contemplados pelo nosso estatuto.	Eu acho que, hoje, ainda não tem essa consciência do que poderia fazer, do que poderia cobrar e do que poderia ser.
COFO09	O estatuto prevê a participação de diferente atores e organizações. E dentro dos espaços das assembleias, todos podem se posicionar, observando o tempo de 10 minutos para expor para que as assembleias não demorem mais que duas horas.	No momento não me ocorre outras instituições que possam fazer parte do Corede. Mas quando fazemos a assembleia geral ela é ampla ela é aberta para qualquer entidade regular que tenha função social, ela tem direito em participar e se tornar membro direto da assembleia geral e tem direito a voto.	Sim, todos tem a consciência do papel de participação.
COLINO10	Sim, nós temos um conselho de representantes. E cada instituição indica o seu representante, e é de onde sai a diretoria. E sobre a posicionamento, temos as assembleias, elas são abertas.	Acredito que poderia incluir os Corretores de Imóveis.	Eu penso que as pessoas podem participar de um conselho, elas sabem que a decisão é compartilhada.
CODE11	O estatuto prevê a participação de diferentes atores, e de uma forma ordenada a gente vai coordenando as falas para que todos possam se posicionar.	Não vejo hoje nenhuma instituição que tenha que ser incluída no Corede, porque a gente revisou o nosso estatuto ano passado e a gente inseriu todos os segmentos. Todos estão contemplados. Incluímos inclusive as cooperativas agropecuárias e de crédito, e a associação da câmara dos vereadores.	Eu acho que sim, até porque as últimas atividades que fizemos nos últimos anos foi a CP, então quanto mais ele participa e entende, mais ele consegue dialogar no município e envolver e se comprometer com a busca de votos.
COMET12	Ele prevê, mas na prática nessa última composição por exemplo, a diretoria executiva ficou estritamente composta de representantes do poder público. Mas sobre o posicionamento, em nossas assembleias geralmente as pessoas têm bastante abertura para se manifestar.	O estatuto já permite a participação de todos os organismos, mas o que falta é articulação, incluir mais as representações dos mais diversos segmentos, como representatividade sindicais, associações e afins.	Sim. Eu acredito que todos os participantes entendem a importância do papel da participação nestes processos de discussão.
COMIS13	Temos que reformular nosso estatuto para ver todas as entidades que ainda participam ou que tenham vínculo diretamente com Corede e poder incluir outras novas. E todos tem voz ativa no Corede.	Sem resposta efetiva	Acredito que dentro do nosso grupo que todos tem consciência sim, da importância da participação.
CONOR14	Sim está presente tanto no estatuto como no regimento interno a representação de todos os seguimentos, porém no campo social a presença dos	Sem resposta efetiva	Sem resposta efetiva

	representantes é muito mais ativa do que no mundo empresarial. E todos os diferentes segmentos, diferentes olhares tem espaços e foram acolhidos nos debates.		
CONORD15	O estatuto prevê a participação dos diferentes atores. E o espaço é bem democrático, todo mundo fala nem que seja avesso ao que pensamos ou defendemos. Todo mundo é escutado.	Seria importante ter mais representação do setor privado, porque ele sempre traz pautas que não são as corriqueiras do serviço público. Nós deveríamos ter mais participação dos empresários.	Os nossos Conselheiros têm noção da importância da participação.
CONOTE16	O estatuto prevê a participação de diferentes entidades, organizações e instituições. E o espaço é bem democrático.	Acredito que todas as entidades que deveriam estar, já estão contempladas no estatuto.	Eu acho que o conselheiro tem sim, noção da importância da participação.
CODEP17	O estatuto prevê a participação de diferentes entidades, e as reuniões são abertas, porém, somente com convocação. Teria que fazer um ajuste.	Eu acho que instituição não está faltando nenhuma, só se fosse fazer essa análise de abrir geral para a sociedade.	Como ele não vê força junto ao Estado, ele não vê importância. É um movimento desarticulado.
CORIV18	O estatuto prevê a participação de diferentes entidades. A é mista, tem parte pública e uma parte da sociedade e entidades e pessoas físicas. Não é um movimento fechado e todos podem se posicionar.	Sempre tem espaço para quem quer participar. Mas no momento não lembro se tem uma entidade que esteja de fora que poderia participar. Acredito até que sim, mas também não adianta convidar uma entidade que não tenha vontade e queira participar.	Com certeza os membros hoje da diretoria do Corede, todos eles participam e são ativos e entendem seu papel.
COSER19	É previsto em Estatuto a participação de diferentes entidades, porém percebemos que não há uma participação efetiva. No entanto, o espaço é bem democrático todos que queriam se posicionar, terão vez e voz. porque essas aqui realmente podem contribuir.	Talvez o que falta, já que os estatutos são antigos, seria a representação das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Eu gostaria de dizer que eu tenho a compreensão da importância do processo democrático e da participação, bem como, da importância de não permitir que grupos dominem o processo de decisão. Mas não creio que todos tenham esta compreensão.
CORS20	Sim, está prevista no nosso regimento interno, a participação de diversos atores; como a representação municipal e além da representação que já conta no mínimo 6 pessoas da sociedade civil que são indicadas, que pode ser duplicado caso não tenha segmento para indicar. E todos os segmentos têm espaço, quando não falam, a gente procura chamar e as pessoas	Eu até acho que ela está bem distribuída.	Eu acredito que sim. A gente tenta trabalhar muito para tentar conscientizar.

	estimuladas, tendem a contribuir.		
COVA21	Tem a previsão da participação dos diferentes atores da sociedade dentro do Corede. E aqui, nunca teve dificuldades de acesso pra ninguém e todo mundo é avisado do que está acontecendo, não tem restrição e só não tem mais participação porque o pessoal realmente não se interessa.	sempre tem espaço pra mais instituições participarem, e acredito que a questão ambiental por exemplo deveria ter mais participação, mais interesse vejo assim uma certa dificuldade de participação.	Acho que esta consciência deveria ser maior, a participação deveria ser mais por vontade de participar do que apenas uma participação protocolar.
COVAJ22	O estatuto prevê a participação dos diferentes atores. Nas reuniões salientamos que todas as opiniões são bem-vindas. Todos os municípios podem expor suas ideias, têm poder de voto para que as ideias e objetivos possam ser alinhados, convergir em prol da região.	Quando foi feita a reforma estatutária, incluímos todas as entidades e instituições que podem contribuir para o desenvolvimento regional, porque uma coisa são instituições que podem somar no desenvolvimento e outra coisa é colocar instituições apenas para “dar volume”, sem uma identidade.	Posso dizer que na região sim, todos têm essa compreensão, tanto que os membros sempre participam das reuniões. Em média são 30 pessoas participando de cada reunião.
COVAR23	Nós temos a nossa representatividade prevista no estatuto, como os nossos Comudes, a Segurança Pública, sindicato rural pessoas ligadas a geração de renda, turismo, indústria, empresários, sindicato rural, Emater, etc. E todos tem vez e voz.	Nós temos que ter uma forma de ampliar essa participação agora qual segmento nesse momento, que esteja faltando, fico em dúvida porque nós já contemplamos comércio, agricultura, saúde, educação, Turismo cultural. Mas tem um segmento que a gente deve pensar que são as pessoas acima de 75 anos através dos conselhos de idosos acho que é um segmento que seria muito importante.	Temos que rever isso porque ele não sabe assim como eu também não sei o potencial que temos para desenvolver nossa participação. Temos que despertar nossa autoestima, o quanto a gente pode ser o divisor de águas, o quanto a gente pode ser o representante da Comunidade civil juntamente com o poder municipal, ser o interlocutor.
COVARP24	O estatuto prevê a participação dos diferentes atores. E todos tem acesso nas discussões.	De momento não lembro de outra instituição que possa ser incluída.	Nem todos tem a consciência da importância da participação.
COVAT25	O estatuto prevê a participação dos diferentes atores. E não há nenhuma restrição de participação ou posicionamento nas discussões.	Eu acho que sempre tem mais instituições para serem inseridas, não saberia dizer qual especificamente. Tem os presidentes de bairro, comunidades.	Os conselheiros têm a consciência da importância de estarem neste espaço.

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

No critério da Pluralidade do Grupo Promotor, em que se verificou se o estatuto ou regimento interno do Conselho prevê a pluralidade de diversas organizações, a partir das respostas, que a maioria prevê a participação de diferentes atores da sociedade, como poder público, setor

empresarial e sociedade civil organizada, em seus regimentos e estatutos. No entanto, a efetiva participação pode ser limitada por questões legais ou falta de recursos.

De modo geral, todos os membros têm a permissão para se posicionarem, mas em questões de votação, somente membros específicos podem votar. Os investigados afirmam que procuram coordenar as falas para que todos tenham espaço para se posicionar, mas em alguns casos, a presença dos representantes pode ser mais ativa em um segmento específico. Há também a indicação de que algumas reformulações nos estatutos podem ser necessárias para ampliar a participação das entidades e organizações na região.

Acerca da análise sobre a Participação dos Diferentes Atores, se constatou que há uma preocupação em contemplar diversos segmentos e grupos dentro do Corede, de forma a garantir uma representação abrangente da região. A maioria dos entrevistados afirma que todas as instituições que deveriam estar no conselho já estão contempladas pelo estatuto.

No entanto, há algumas sugestões de novas inclusões, como a representação dos corretores de imóveis, a participação das lideranças das comunidades e a inclusão de representantes do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Alguns entrevistados apontam ainda a importância de ampliar a participação de determinados segmentos, como os conselhos de idosos e a representatividade sindical e ambiental. No entanto, também é mencionado que a inclusão de novas instituições não deve ser feita apenas para "dar volume", mas sim com o objetivo de somar no desenvolvimento regional.

Por fim, é importante destacar que, apesar da maioria entender que o Corede já está composto por todas os segmentos representativos ao Desenvolvimento Regional, que há a necessidade de uma maior articulação e diálogo entre os diferentes atores da região, de forma a garantir uma participação efetiva e colaborativa no Corede.

E no terceiro critério da categoria do Pluralismo, sobre o Perfil dos Atores, em que se verificou se os conselheiros tem a compreensão da importância do papel de cada um dentro do Corede e sobre a participação nos processos de discussão sobre o Desenvolvimento Regional, com base nas respostas fornecidas, observou-se que há uma variação no nível de consciência da importância do processo democrático de participação por parte dos conselheiros.

Alguns afirmam que todos têm essa consciência, enquanto outros mencionam que apenas alguns têm essa percepção. Além disso, é possível observar que durante o período da pandemia e a falta de reuniões presenciais afetou a participação dos cidadãos. Os investigados ainda comentaram que muitas vezes as pessoas participam apenas quando tem interesse em demandas específicas.

Apurou-se também que muitos percebem a participação é mais protocolar do que por vontade própria, o que indica a necessidade de uma conscientização maior sobre a importância da participação. Alguns conselheiros mencionam a necessidade de formação e capacitação dos membros do conselho para que todos entendam melhor suas funções e responsabilidades.

Observa-se ainda, que a falta de recursos e a falta de apoio do governo estadual podem afetar a percepção da importância do processo democrático de participação.

Em geral, sobre esta categoria, constatou-se que a maioria dos regimentos e estatutos dos conselhos prevê a participação de diferentes atores da sociedade, como poder público, setor empresarial e sociedade civil organizada. No entanto, a efetiva participação pode ser limitada por questões legais ou falta de recursos. Os conselheiros buscam coordenar as falas para que todos tenham espaço para se posicionar. No entanto, em questões de votação, somente membros específicos podem votar. Há também a indicação de que algumas reformulações nos estatutos podem ser necessárias para ampliar a participação das entidades e organizações na região. Há uma preocupação em contemplar diversos segmentos e grupos dentro do conselho, de forma a garantir uma representação abrangente da região. E constata-se ainda de que há uma variação no nível de consciência da importância do processo democrático de participação por parte dos conselheiros.

Por fim, a falta de recursos e a falta de apoio do governo estadual podem afetar a percepção da importância do processo democrático de participação. É necessário uma maior articulação e diálogo entre os diferentes atores da região, de forma a garantir uma participação efetiva e colaborativa no Corede. Assim, nesta categoria - do Pluralismo, tira-se por base de que este elemento é um valor essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, e que deve ser promovido por meio da participação, do diálogo e do compromisso entre as diferentes perspectivas e interesses presentes em nossa sociedade.

3.4 IGUALDADE PARTICIPATIVA

Sobre a quarta categoria, **Igualdade Participativa** (Quadro 10), Tenório (2008, 2010), aborda esta categoria como uma perspectiva para o desenvolvimento humano. Ele discute a importância da participação cidadã na busca por uma sociedade mais igualitária e destaca a necessidade de garantir que todos os indivíduos tenham voz e influência nos processos de tomada de decisão. Ele destaca que a igualdade participativa não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficácia e eficiência na governança, pois permite que as decisões sejam mais bem informadas e amplia a aceitação das políticas pelos cidadãos.

Quadro 10 – Categoria Igualdade participativa e questão norteadora

IGUALDADE PARTICIPATIVA	Forma de escolha dos representantes	De que forma se dá a escolha dos representantes no Conselho?
-------------------------	-------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores

Habermas (2004) enfatiza a importância da participação igualitária e racional dos cidadãos no processo democrático. Ele argumenta que a democracia não é apenas um sistema de tomada de decisão, mas também uma forma de diálogo racional entre cidadãos livres e iguais. A igualdade participativa é fundamental para a democracia, pois ela permite que todos os cidadãos tenham a oportunidade de contribuir para a tomada de decisões políticas. Para Habermas, a igualdade participativa é um elemento central da democracia deliberativa, que requer um diálogo entre os cidadãos e a esfera pública (TENÓRIO 2005, apud HABERMAS 2004).

Villela (2012) defende a ideia de que a igualdade participativa é um aspecto fundamental da democracia, pois permite que todos os cidadãos tenham voz e participem igualmente dos processos políticos. Ele argumenta que a democracia não pode ser apenas uma questão de eleições e representação política, mas deve incluir a participação direta dos cidadãos em todos os níveis de tomada de decisão.

Ainda, sobre a Igualdade Participativa, trazendo para o exemplo dos Coredes, Tenório (2008,2010) e Allebrandt (2010) apontam que estes conselhos são fóruns de participação cidadã criados para promover a integração regional e a participação popular na gestão pública e podem ser vistos como um exemplo de igualdade participativa na prática, pois permitem que as comunidades locais tenham voz e influência nas decisões sobre o desenvolvimento regional.

Os Coredes podem ser um instrumento poderoso para a promoção da igualdade participativa e do desenvolvimento regional, desde que sejam garantidas a representatividade e a efetiva participação de todos os setores da sociedade (TENÓRIO, 2008,2010; ALLEBRANDT 2010; RIBAS, 2017).

Por fim, pode-se dizer que a representatividade é uma condição fundamental para garantir a igualdade participativa, pois permite que todos os setores da sociedade sejam adequadamente representados nos processos de tomada de decisão. A síntese das respostas encontra-se no Quadro 11.

Quadro 11 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Igualdade Participativa

Corede	Critério
	Forma de escolha dos representantes
COB01	O estatuto determina três representantes por segmentos. Dentro dessa participação por segmentos eu acho que são duas vagas; titular e um suplente. Exemplo a cooperativa tem titular e suplente, se tem 3 ou 4 eles se reúnem e decidem quem vai integrar. Não somos nós que indicamos alguém, e eles ficam por dois anos.
COJ02	Os membros são indicados pelas instituições que tem assento no Conselho e ficam por 2 anos, podendo ser reconduzidos por mais dois.
COC03	As instituições indicam seus representantes.
COCCS04	Normalmente, são composições que se formam em função da coesão de ideias e de pessoas que têm conhecimento, disponibilidade e vontade de trabalhar. Aí as pessoas são apresentadas à assembleia e votadas. Ou seja, as pessoas são livres para apresentar as chapas na medida em que tenham pessoas disponíveis e coesas para trabalhar nas ações do Corede.
COCE05	Os conselheiros são indicados pelas instituições e ficam por dois anos.
COCEN06	Por indicação das entidades que tem assento no conselho.
COCES07	Temos a lista de instituições de participação. E lá eles têm as suas eleições, e indicam quem vai representar. As vezes eles perguntam quem gostaria de participar e fazem a indicação.
COFNO08	A instituição que tem assento no conselho faz a indicação da pessoa que vai participar do processo. Não há no estatuto um tempo determinado para cada conselheiro, mas normalmente ficam pelo tempo da diretoria, as vezes são reconduzidos, e as vezes são indicados novos.
COFO09	Cada instituição indica um participante, e ficam por dois anos.
COLINO10	Antes da eleição do Conselho a gente manda o ofício, a gente publica os editais e aí as instituições mandam ofícios indicando “eu quero que a pessoa X represente a instituição” e o membro fica por dois anos.
CODE11	O conselho não influencia no processo de indicação dos representantes das instituições que tem assento no Corede. Cada um faz sua indicação e o membro fica por dois anos. Mas no tempo da pandemia, durante a consulta popular, nós pedimos para que as instituições nos indicassem as pessoas que eles gostariam que participassem.
COMET12	Durante a pandemia não tivemos uma atividade efetiva do Corede, até mesmo para os que compõem a diretoria, então durante o processo da Consulta Popular, o vice presidente acabou mais a frente do processo. Mas o estatuto prevê a participação de várias entidades, e cada uma indica seus representantes que ficam por 2 anos, ou o tempo que a entidade quiser.
COMIS13	Sobre a questão da eleição da diretoria, nós elaboramos edital onde consta todas as regras, a data de apresentação de chapas e aí se realiza a assembleia com todas as chapas envolvidas, mas ultimamente acontece que só uma chapa é apresentada. Na última não teve nenhuma chapa, tive que aceitar por livre espontânea obrigação, mas não tinha nenhum candidato então tivemos que fazer uma extraordinária para então escolher a presidência.

	Sobre as instituições que tem assento no Conselho elas indicam dois membros, um titular e um suplente. O Mandato do presidente é de dois anos podendo ser reconduzido por mais dois, e os membros ficam de acordo com o mandato quando é uma empresa ou um órgão estatal, muitos ficam por tempo indeterminado.
CONOR14	Cada segmento indica o seu, e no caso do executivo e legislativo, este já tem um assento legal no Conselho.
CONORD15	Nós encaminhamos solicitação por escrito e fazemos contato telefônico com as instituições, com os conselhos que têm representação na região. Fazemos contato com os Comudes, solicitamos se alguém quer fazer uma indicação. Fazemos essa consulta ampla porque temos dificuldade de preencher os cargos tanto dos conselheiros em geral quanto da própria diretoria. E o tempo de permanência fica a cargo de cada instituição, percebemos que se preserva a grande maioria dos membros, mesmo trocando as gestões. Sempre se buscam nomes novos, mas poucos querem assumir.
CONOTE16	Quanto a diretoria, nós fizemos uma votação, então perguntamos quem quer participar, sempre um de cada região e aí se faz uma votação, mas normalmente não são muitos que querem participar, então um lança um nome, e acabam fazendo sugestões. E sobre os outros membros, cada instituição indicas seus representantes, um titular e um suplente.
CODEP17	Os membros são indicados pelas entidades, e os membros ficam o tempo da gestão, ou se tiverem interesse, podem permanecer os mesmos, só precisam informar.
CORIV18	Cada membro é indicado pela instituição, e ficam o tempo da diretoria.
COSER19	Essa escolha dos representantes está determinada no Estatuto. Cada membro fica dois anos. Quando a gente faz a eleição para a diretoria executiva, já elegemos os representantes da área que julgamos ser importantes e que estão presentes na votação na assembleia; são da diretoria e da Comissão de Representantes. O que ocorre é que tem sido insatisfatória a representação das instituições na vida dos Coredes. Então a gente constituiu algumas áreas temáticas com representantes eleitos.
CORS20	Cada instituição indica os seus. As instituições indicam seus representantes por município, e cada indicado fica por dois anos.
COVA21	Cada Comude faz a sua assembleia e é por indicação.
COVAJ22	A própria instituição que indica os representantes. O tempo mínimo de participação é de dois anos juntamente com a diretoria. Sempre que mudam a diretoria, mudam os representantes.
COVAR23	Dentro dos Comudes tem os membros da CDL, sindicato rural, educação, e se encaminhou ofício para esse grupo escolher um representante, o qual fica normalmente por dois anos.
COVARP24	Os membros são indicados pelas instituições.
COVAT25	As entidades indicam, e os representantes ficam pelo tempo de gestão, mas podem ser reconduzidos por mais uma vez pelo menos.

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

Sobre esta categoria e seu critério, é possível ver que, a escolha na maioria dos conselhos, os representantes no Corede ocorrem por meio de indicação das instituições que têm assento no Conselho. Cada segmento indica seu representante, em alguns casos são indicados dois membros por segmento, um titular e um suplente. As instituições são livres para apresentar suas candidaturas na medida em que tenham pessoas disponíveis e coesas para trabalhar nas ações do Corede.

Sobre o tempo de permanência do membro, normalmente se considera o tempo do mandato do presidente que é de dois anos e podem ser reconduzidos por mais dois, mas alguns membros quando são de uma empresa ou um órgão estatal, muitos ficam por tempo indeterminado.

A partir desta análise, pensando de acordo com Tenório (2008,2010), verifica-se que que, para garantir a representatividade nos Coredes, é necessário adotar mecanismos que permitam a participação efetiva dos diversos segmentos da sociedade na escolha dos seus representantes. Ele sugere que esses mecanismos incluam eleições diretas, plebiscitos, consultas públicas e outros processos participativos que permitam a ampla participação da população.

3.5 AUTONOMIA

Sobre a quinta categoria, **Autonomia** (Quadro 12), é composta por 5 critérios: Origem das Proposições (OP); Perfil de Liderança (PL); Possibilidade de Exercer a Própria Vontade (PEPV); Orçamento/recurso (OR) e Órgão existente OE). Esta categoria se refere à capacidade dos cidadãos de exercerem a própria vontade, ou seja, é a verificação da independência dos espaços públicos e dos processos de deliberação e decisão. Verifica-se se as demandas locais são identificadas pelos próprios cidadãos e se eles têm efetivo poder de decisão nas escolhas das prioridades e necessidades em suas comunidades, podendo defender quais políticas públicas devem ou não ser implementadas (ALLEBRANDT, 2016; RIBAS, 2017). No contexto dos Coredes, a autonomia é importante porque permite que as comunidades locais tomem decisões sobre as questões que afetam diretamente suas vidas, sem depender exclusivamente das decisões tomadas por autoridades centrais. Significa que as comunidades têm maior controle sobre seus próprios destinos e podem buscar soluções que atendam melhor às suas necessidades e desafios específicos. Síntese das respostas constam do Quadro 13.

Quadro 12 – Categoria Autonomia, respectivos critérios e questões norteadoras

AUTONOMIA	Origem das proposições (OP)	32. Os temas em discussão no conselho têm origem nas discussões das instituições ou são frutos de pensamento do representante? 33. O cidadão não conselheiro pode participar das discussões e deliberações? 34. As propostas que provém do poder público tem algum tratamento diferenciado no processo de discussão?
	Perfil de liderança (PL)	35. A liderança é exercida de forma democrática? 36. Na sua visão, existem atualmente grupos dominantes no Conselho?
	Possibilidade de Exercer a Própria Vontade (PEPV)	37. Os representantes têm liberdade para propor ou votar?
	Orçamento/Recurso OR) (p/funcionamento/estrutura)	38. O Corede recebe alguma verba para seu funcionamento?
	Órgão Existente (OE) (espaço próprio ou já existente)	39. O Corede tem espaço próprio para seu funcionamento?

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 13 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Igualdade Participativa

Corede	Critérios				
	OP	PL	PEPV	OR	OE
COB01	Os temas geralmente vêm pré-definidos pelo Comude, que faz uma discussão nas instituições participantes. Todas as pessoas, não conselheiras, podem participar das discussões e nas votações da Consulta Popular, mas não tem direito a voto, por exemplo, na escolha da diretoria do Conselho. As proposições vindas do executivo não têm tratamento diferenciado. menos.	Entendo que a liderança é exercida de forma democrática e não percebo nenhum grupo dominante dentro do conselho.	Os conselheiros tem liberdade para se expressar e votar, o que ocorre é que as vezes uma ideia pode ser aceita ou não pela maioria.	Temos convênios e alguns projetos específicos junto aos municípios.	O Conselho utiliza o espaço da universidade
COJ02	Acredito ser mais do pensamento representante. Toda a comunidade é convidada a participar. O poder executivo não tem prioridade nas suas demandas, tudo depende do objetivo da discussão em que a prioridade é o desenvolvimento região.	A liderança é democrática e não tem nenhum grupo dominantes dentro do conselho.	Todos os conselheiros podem sugerir alterações.	Corede recebe recurso do governo para despesas de execução da Consulta popular. Em 2021 o recurso veio depois da CP, aí foi devolvido.	Tem um espaço cedido pela universidade.
COC03	As discussões ocorrem mais no momento da revisão dos planos do que no cotidiano. Todas as instituições tem uma compreensão da realidade. Todas as pessoas são convidadas, todos podem votar na CP, porém, os não conselheiros não votam nas deliberações pertinentes ao Corede. 90% das ações do Corede hoje dependem ainda do poder público não tem como dizer se é diferenciado ou não por que não entendimento os Coredes ainda não ampliamos a possibilidade de outras formas de projeto Ela acaba ficando no posicionamento do Estado.	A liderança é democrática. Sim De certa forma o grupo mais articulado é o grupo de ensino/acadêmico, antes era o poder público que ele era o responsável.	Todos os conselheiros tem liberdade para propor e votar.	Atualmente não temos nenhum recurso.	Usamos o espaço da universidade.
COCCS04	As discussões vêm da base, vem dos municípios e dos integrantes do Corede. Não vem da diretoria. Isso é muito claro de que, por exemplo, a interferência exclusivamente da diretoria na discussão e nas	Na minha visão, a liderança é democrática. Todos são livres para pensar, opinar e escolher o que é proposto.	Todos os conselheiros são livres para dar sua	Recebemos um valor não significativo, mas básico para	Utilizamos a estrutura do município. Atualmente, nós

	apresentações é muito sublime, justamente para que não tenha essa interferência e que ela venha das comunidades, das instituições de ensino ou de outras organizações. Eu acho que o próprio sistema que foi feito através do Colab permite que a sociedade civil coloque a sua visão, seus projetos, tendo a votação sobre determinados temas. E o executivo não tem tratamento especial, é igualitário. Se vem do poder público, de uma força civil, eles recebem o mesmo tratamento. É claro que na hora da votação, geralmente o poder público tem maior barganha para interferir no processo de votação.	Absolutamente não há grupo dominante.	opinião e escolher o seu voto.	divulgar as ações, para descolamento da diretoria.	temos como base a Associação dos municípios da região.
COCE05	depende do que será tratado, mas todos têm voz ativa. Mas acho que o conselheiro já vem com as ideias discutidas nas instituições. Toda comunidade pode participar. Nenhuma proposta é tratada diferente dentro do Corede. Todos são vistos de forma igual.	A liderança é exercida de forma democrática, inclusive na última eleição publiquei um edital mandei cópia do edital para todos os membros, os prefeitos, Comudes, abrindo para formação de chapa, porém, não houve nenhuma Chapa a não ser a nossa. Não tem grupo que se sobressaia.	Todos são livres para propor e votar.	Sem resposta	Nos reunimos na sede da associação dos municípios.
COCEN06	Penso que as demandas vêm da base de cada instituição. As assembleias são abertas, todos podem e deveriam participar. As demandas sempre são bem pensadas e bem avaliados, mas não há uma prioridade, só porque uma determinada demanda venha do executivo, mas se for boa, será acatada.	A liderança não era muito democrática. Mas estou tentando, com algumas limitações. Não há grupos dominantes, mas sempre tem alguém tentar fazer seu pensamento se sobressair.	Todos os membros do conselho têm liberdade para expressar sua opinião.	O papel de conselheiro é voluntário, mas o Corede recebe auxílio para cobrir despesas de alimentação e combustível.	Em 2021, o Conselho não tinha um espaço para o funcionamento.
COCES07	As instituições sugerem temáticas, aí colocamos na pauta. Convidamos todas as pessoas para participar das reuniões, da Consulta Popular, das assembleias. Tem temas mais voltados ao setor público, que acabam sendo priorizados quando se trata de ações que visem o desenvolvimento da região, mas buscamos o coletivo, o comum acordo.	A liderança é democrática e não há grupo dominante, talvez tenha assuntos dominantes.	Sim, todos tem liberdade para propor, inclusive, uma boa parte das discussões são trazidas pelos representantes.	Tivemos a verba pra consulta popular e manutenção, mas é pouco.	Utilizamos uma sala na sede administrativa da prefeitura, mas para depósito e uma sala na universidade.

COFNO08	<p>Eu acho que na maioria das vezes é fruto do que o representante está pensando.</p> <p>Pode participar, só não terá o direito ao voto.</p> <p>Eu acho que o tratamento é igual, não vejo essa distinção por ser do poder público.</p>	<p>Tentamos ser democráticos.</p> <p>Em termos de CP sim, que é o grupo da agricultura, mas em termos gerais não. Claro que cada entidade vai puxar para a defesa de suas ações.</p>	<p>Os membros são livres para fazer seus pronunciamentos.</p>	<p>Nós recebemos um recurso, para despesas, e o que não for usado, é devolvido.</p>	<p>Temos apoio da universidade para realizar reuniões.</p> <p>A associação dos municípios, e às vezes outras instituições disponibilizam espaço.</p>
COFO09	<p>Os temas e acho que as vezes já vem pré determinado em discussões anteriores nas instituições e as vezes é um pensamento do representante.</p> <p>Qualquer pessoa pode participar das reuniões.</p> <p>Não fazemos distinção das propostas. Geralmente já recebemos algo pela Consulta popular.</p>	<p>Durante o período da pandemia, não posso dizer que foi muito democrático, porque não tinha como nos reunirmos e muitas vezes foi necessário tomar decisões rapidamente, porque não tinha tempo hábil para consultar os demais. Mas no geral, buscamos ser democráticos. Não temos grupos dominantes, mas tem grupos partidários, mas não há interferência.</p>	<p>Todos os membros podem propor demandas.</p>	<p>Recebemos do governo do estado um convênio de manutenção para custear viagens, reuniões, alguma despesa de hotel, almoço, janta, etc.</p>	<p>O Conselho tem uma sala alugada, e quando tem as assembleias, precisa de sala maior, então é utilizado o salão da associação comercial um.</p>
COLINO10	<p>Acredito que o representante traga o tema que foi discutido na instituição. Todos podem participar.</p> <p>A sugestão do executivo tem peso maior. Porque há uma articulação dos municípios, que é maior do que a iniciativa privada. O poder público atualmente tem uma preponderância muito grande nos processos atualmente.</p>	<p>Eu penso que sim, a liderança está sendo democrática. Sobre grupos dominantes, poderia dizer que não. Mas poderia dizer que iniciativa privada tem mais representantes.</p>	<p>Todos os conselheiros são livres para propor e votar nas suas demandas.</p>	<p>Sem resposta</p>	<p>Sem resposta</p>
CODE11	<p>Alguns discutem nas entidades, mas tem algumas, inclusive do fórum dos Coredes, vai também daquilo que a pessoa busca, defende. Acho que 70% são a nível de entidade e 30% é o que a pessoa acredita.</p> <p>Todas as pessoas da sociedade têm liberdade em participar das reuniões.</p> <p>As propostas do poder público não têm preferência nas discussões. Todos têm voz e voto. Vamos lapidando e construindo, inclusive muito disso no plano estratégico.</p>	<p>A liderança é exercida democraticamente e não são percebidos grupos dominantes no Conselho.</p>	<p>Todos os membros tem liberdade para propor e votar.</p>	<p>Temos parceria com o banco da terra e com os municípios, que aportam um valor; municípios de 5 mil habitantes disponibilizam 200 reais por mês,</p>	<p>O conselho utiliza o espaço da universidade, que incluem água e luz. As demais despesas são por nossa conta, como telefone, internet e funcionário e os</p>

				de 5 a 10 mil habitantes, 250 e acima de 10 mil habitantes é 300. Dos 22, 20 municípios contribuem, cerca de 4 mil reais, usados na manutenção.	móveis e utensílios que tem lá dentro são do Corede.
COMET12	<p>Os temas acredito que sejam discutidos na instituição.</p> <p>Todos podem participar das assembleias e reuniões, mas quando é algo que tenha que votar relacionado ao Conselho, é apenas para membros.</p> <p>Nunca se tratou com diferenciação qualquer representatividade; sempre atendemos a todos, recebemos a todos.</p>	<p>Não, pois eu acho que tinha que ter mais participação da sociedade civil. O Corede está muito constituído pelo poder público [não é democrático quanto à participação de vários órgãos da sociedade].</p> <p>As discussões sempre são abertas a ouvir todo mundo. De modo que não são priorizadas as demandas do poder público.</p>	<p>Todos os membros tem liberdade para propor e votar.</p>	<p>Tem um recurso que é disponibilizado pelo Governo do Estado para ajuda de custo. Mas o Conselho precisa estar em dia para poder receber.</p>	<p>Utiliza espaço do consórcio dos municípios.</p> <p>Fazem agendamento prévio e disponibilizam sala e equipamentos de projecção. Agora vem tentando um espaço na universidade.</p>
COMIS13	<p>Muitas vezes os assuntos são pré-fixados escutamos, mas aí vem muitos assuntos de fora agora assuntos que são levantados na assembleia, não sei se eles são discutidos nas instituições ou se é uma ação particular. No entanto, tivemos uns atritos com vários municípios porque eles queriam mais placas sobre o turismo, então esse foi um assunto veio pra dentro da assembleia que não estava previsto. Cidadão não conselheiro tem toda liberdade em participar das reuniões e assembleias, mas não tem direito a voto. Nesta gestão não é feita nenhuma distinção. A propostas são analisadas, sendo do setor público ou da iniciativa privada.</p>	<p>A liderança eu analiso que é de forma democrática. Quero ser lembrando como um líder democrático e sociável, onde todos podem participar. Sinceramente, existem uns que querem sobressair.</p>	<p>Os conselheiros tem liberdade para votar e indicar, discutir, decidir, aprovar, reprovam.</p>	<p>O Corede recebe cerca de 24 mil por ano para a manutenção; contador, alguma despesa de combustível, aluguel, alimentação, passagem, hotel.</p>	<p>O Conselho aluga um espaço na universidade, sala, internet, auditórios para as assembleias, telefone.</p>

CONOR14	<p>Os temas, acredito que são debatidos anteriormente nas instituições.</p> <p>Toda comunidade pode participar.</p> <p>Sobre priorizar as propostas, depende do olhar, por exemplo na pandemia quando se percebeu a grande dificuldade de atender as demandas e as administrações públicas se fizeram presente na discussão e de forma muito marcante até porque era exigido deles um posicionamento e nesse momento eu diria que foi determinante a liderança dos prefeitos. Mas também foram importantes a presença nos debates do pessoal da agricultura familiar e sindicatos.</p>	<p>É um esforço grande ser democrata numa sociedade tão desigual. A gente vive é um exercício diário de manter os conselhos. Buscamos democracia.</p> <p>Houve período nos 28 Coredes, de um movimento muito forte das Universidades comunitárias. Mas em geral não há um grupo que seja dominante.</p>	<p>No Corede, todos os membros são livres para fazer suas proposições.</p>	<p>Tem um aporte anual, para despesas decorrentes da execução da Consulta Popular.</p>	<p>O Conselho usa o espaço e estrutura da Universidade.</p>
CONORD 15	<p>Como presidente, coloco pautas que são trazidas pelo Fórum do Coredes. Todas as demais vêm dos Comudes. Eu levo aquilo que as instâncias superiores me sugerem e consulto aquilo que os Comudes me sugerem para determinar as pautas.</p> <p>A comunidade pode participar.</p> <p>A posição do Corede é discutir e deliberar as pautas, independentemente de onde venham. Não fica nada sem ser discutido, seja positivo ou negativo.</p>	<p>Presidente não toma nenhuma decisão do Corede sem consultar a diretoria. Tudo é escutado de um a um para que tenhamos alinhamento de pensamento. Vejo hoje o grupo dos representantes dos municípios, como um grupo dominante.</p>	<p>Todos os conselheiros tem total liberdade em propor e votar.</p>	<p>A gente tem amparo do governo do estado para custeio de algumas despesas, como divulgação, locomoção, ressarcimento de combustível, ressarcimento de despesas de viagem e estadia.</p>	<p>Temos um espaço cedido pelo município.</p>
CONOTE1 6	<p>Acho que os temas vêm das instituições de um modo geral, das assembleias, das visões vem dessa construção.</p> <p>A sociedade pode participar sem problema. Tem vários que participam.</p> <p>As pautas do Poder público não têm prioridades. Olhamos se as propostas são voltadas para o desenvolvimento regional, se sim, são analisadas, caso contrário, são descartadas.</p>	<p>A liderança é democrática, como não temos uma visão partidária, procuramos analisar o impacto. Não vejo essa situação de grupos que queiram se sobressair. Acho que o foco está mais no desenvolvimento da região como um todo.</p>	<p>Os participantes são livres para expressar sua opinião.</p>	<p>Tem ajuda de custo que vem do estado para a manutenção. Mas o nosso só funciona mesmo porque está dentro da instituição.</p>	<p>Em um espaço na Universidade.</p>
CODEP17	<p>Os assuntos debatidos vêm da opinião do representante da instituição.</p> <p>Todos podem participar.</p>	<p>A liderança é exercida de forma, há espaço para as pessoas se manifestarem.</p>	<p>Todos são livres para propor e</p>	<p>Recebemos os valores anuais de manutenção, que</p>	<p>A estrutura utilizada pelo</p>

	Não há uma distinção de análise das propostas debatidas, mesmo que venham do poder público.	Eu não diria que é há um grupo dominante, mas acho que acaba girando sempre em torno da diretoria.	votar. Não há uma interferência.	são enviados a todos os Coredes.	Conselho é da Universidade.
CORIV18	<p>Acredito que os temas sejam debatidos dentro da região da instituição, dificilmente o conselheiro vai falar por ele, ele está falando pela entidade.</p> <p>O cidadão não conselheiro não pode participar das discussões e deliberações.</p> <p>Em relação em avaliar as propostas, há um equilíbrio. Não há nenhuma distinção.</p>	<p>Muito democrático e muito tranquilo nada é definido individual o presidente é membro tanto como os outros o máximo que ele faz é conduzir a reunião.</p> <p>Se tiver que votar dentro da diretoria o presidente só vota para desempate.</p> <p>Não há grupo dominante.</p>	Os conselheiros são livres para dar sua opinião.	<p>O Corede tem convênio com os municípios.</p> <p>Esses convênios visam a manutenção do Conselho, as contas do mês; e também tem convênio de manutenção que vem do Estado.</p>	O Corede usa uma estrutura do município.
COSER19	<p>Eu diria que muitas vezes é do representante da instituição, porque nós temos o plano estratégico de desenvolvimento regional que dá um norte, mas quando o representante se manifesta eu acho que é a posição dele, ele não foi discutir com a instituição que representa.</p> <p>O cidadão não conselheiro pode participar, seriam muito bem-vindos.</p> <p>Sobre priorizar as propostas do executivo, eu diria que não, no entanto, há discussões que são levadas em conta, como exemplo, o projeto que está sendo desenvolvido na área do meio ambiente ele vem de uma reunião que nós tivemos com o Consórcio Intermunicipal e a Associação de prefeitos. Então foi uma demanda observada no âmbito dos municípios, e como ele tinha aderência ao plano estratégico de Desenvolvimento Regional, então assumimos a articulação deste projeto.</p>	<p>o processo é democrático até certo ponto, desde que haja argumentos convincentes e com profundidade.</p> <p>Tivemos um exemplo de situação em que houve um grupo político empresarial que queria destituir outro grupo para impedir a concessão de um governo. Então se buscou uma avaliação com os delegados da Consulta Popular e se tomou uma decisão. Então eu acho que é democrático.</p> <p>Não há grupos dominantes no conselho.</p>	Todos os membros tem liberdade para propor e votar.	<p>Recebe a verba que todos os Coredes recebem, para manutenção, do Governo estadual e uma verba anual para conduzir e divulgar a consulta popular.</p> <p>Fora isso nós ainda temos o ingresso de recursos de alguns municípios que contribuem mensalmente para as atividades do Corede.</p>	<p>Temos um espaço cedido pela Universidade que coloca toda sua infraestrutura a disposição, secretária, telefone, internet, disponibilização de salas para reuniões, data show, cafezinho.</p> <p>Já são 30 de parceria.</p>

CORS20	<p>Temos muitas coisas que são discutidas dos segmentos que são trazidas pra reunião. Os Comudes que estão mais estruturados discutem muito isso. Temos alguns que acabam não discutindo e trazem apenas a sua opinião.</p> <p>Todos podem participar. Em todas as assembleias que fizemos ao longo dos 2 anos, são pessoas da comunidade, da sociedade que vão. No mínimo, cerca de 30% das pessoas que estavam na lista indicada são diferentes. Todos falam e opinam.</p> <p>Não são priorizadas as demandas do Poder Público. As propostas nascem nos diversos segmentos e muitas vezes a própria sociedade apresenta alguma proposta. Não tem diferenciação, porque se tem a maior parte das pessoas do setor público participando, a tendência é que saia de lá, mas a gente estimula que outros segmentos também possam indicar, mas tudo depende das pessoas que vem dos municípios para a assembleia e muitas vezes a gente não consegue mobilizar.</p>	<p>Tentamos ser democráticos. Toda e qualquer discussão é feita depois de uma discussão muito ampla.</p> <p>Dentro do conselho não há grupos dominantes, mas vejo que os representantes dos Comudes participam com muita força, acho muito importante, mas não temos dominância.</p>	Os integrantes são livres para se manifestarem.	<p>Temos recursos da verba de manutenção da SPGG e um recurso pequeno, vindo da associação dos municípios. Nos ajudam porque temos um espaço alugado, não estamos dentro de uma universidade. Associação comercial do município nos subsidia porque estamos no prédio da associação, mas com custo de aluguel.</p>	Espaço alugado. Temos uma sede e uma sala de reuniões em um local bem centralizado no meio da cidade.
COVA21	<p>Acredito que os temas debatidos vêm da instituição e da ideia do conselheiro.</p> <p>Todos são livres para participar.</p> <p>Sobre o executivo ter prioridade, ele é majoritário, mas não tem tratamento diferenciado.</p>	Procuo fazer a gestão de forma transparente e aberta, e democrática, mas acho que posso melhorar. Não tem nenhum grupo querendo ser dominante.	Os conselheiros podem expressar livremente sua opinião.	O prefeito tomou iniciativa de propor para a associação dos municípios para darem um suporte financeiro ao Corede.	Sem resposta
COVAJ22	<p>Geralmente, as ações regionais são fomentadas por nós.</p> <p>O Corede tem essa iniciativa quando são temas regionais. Quando são temas locais, não nos envolvemos porque entendemos que as questões locais têm que ser discutidas em suas respectivas regiões com os seus prefeitos. Os temas regionais surgem de nossa recomendação. Todos podem participar, já houve um</p>	<p>A liderança é exercida de forma democrática.</p> <p>Sou mais técnico do que político.</p> <p>Ouvimos todas as opiniões, filtrando o que é bom. Deixamos as pessoas participar, com suas críticas e sugestões. Reuniões são abertas para falar publicamente ou</p>	Os membros tem liberdade para fazer suas proposições e votar.	O Conselho recebe a verba do Estado. A verba é diferente para cada Corede.	O nosso Corede trabalha em uma sala cedida pela universidade, mas os equipamentos são nossos. Estamos sem secretário do

	<p>momento em que fizemos uma live, e as pessoa participaram.</p> <p>Os temas tem o mesmo tratamento quando vem de um prefeito, vice-prefeito, vereador, de qualquer presidente de instituição, governador ou do presidente da república, tem o mesmo peso que tem o do cidadão normal. Valorizamos toda e qualquer indicação após avaliação e análise, sempre discutimos as demandas. Se a maioria concordar, trabalhamos, senão não.</p>	<p>de forma direta e pessoal. Nosso grupo dominante é a região. Não deixamos ninguém se sobrepor. A região é que diz o que deve ser feito, nos dá orientações sobre o que deve ser trabalho.</p>			<p>Corede atualmente.</p>
COVAR23	<p>Discussões realmente não vem com o colegiado vem do o povo mesmo, mas muito atrelada a consulta popular.</p> <p>A comunidade pode participar, mas se tem votação não tem direito a voto, mas participar das reuniões dar opiniões pode participar.</p> <p>Cada um defende seu projeto, ai é feito uma votação, mas não são priorizadas as vontades do poder público.</p>	<p>A liderança é democrática, todas as ações são avaliadas pela diretoria e depois passa pelos Comudes. Não há grupos dominantes, temos grupos bem ecléticos, poder público, Segurança Pública, sindicato rural, Emater, conselho das mulheres.</p>	<p>Todos os membros são livres para se manifestar.</p>	<p>Sem resposta</p>	<p>O Corede usa a estrutura da Universidade, onde temos uma secretária que se dedica ao conselho.</p>
COVARP24	<p>Acredito que os assuntos debatidos vêm tanto das instituições como do que pensa o conselheiro.</p> <p>A comunidade tem toda liberdade em participar, nunca teve impedimento e insistimos que há participação.</p> <p>Os assuntos do poder público, não tem prioridades de discussão no conselho.</p>	<p>A liderança é democrática. Não há grupos dominantes, porém, depende do tem em discussão.</p>	<p>O Conselho não interfere na opinião dos conselheiros. Todos são livres para propor e votar.</p>	<p>O Corede recebe uma verba de manutenção.</p>	<p>Usamos a estrutura da universidade.</p>
COVAT25	<p>O Conselheiro traz o pensamento da instituição. Pode ser que ele tenha desenvolvido isso dentro da instituição dele, mas ele traz o pensamento que foi, no primeiro momento, debatido.</p> <p>O cidadão não conselheiro pode participar das discussões do conselho com certeza, mas das deliberações mais ou menos.</p> <p>As propostas que provém do poder público são tratadas da mesma forma que de todas as outras instituições representadas no Conselho.</p>	<p>Acredito que minha atuação é democrática, porque abro espaço pra todo mundo e se não há unanimidade, há votação. Não há grupos dominantes dentro do Conselho.</p>	<p>Todos os conselheiros têm total liberdade para propor e votar.</p>	<p>Não respondido</p>	<p>O Conselho utiliza o espaço da universidade.</p>

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

No critério da origem das proposições, este tem o objetivo de identificar a origem das demandas levantadas ou elencadas para os processos de discussão (RIBAS, 2017), para isto se analisou com base nas repostas dos investigados qual a origem das proposições; se os temas em discussão no conselho tinham origem nas discussões das instituições ou se eram frutos de pensamento do representante; se o cidadão não conselheiro tem liberdade em participar das discussões e deliberações; e se as propostas que provém do poder público tem algum tratamento diferenciado no processo de discussão.

Assim, se verificou que nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) há uma grande participação de representantes dos setores público e privado, em que são discutidos e definidos políticas e ações que visem o desenvolvimento da região. Os temas discutidos nos conselhos geralmente vêm pré-definidos, discutidos anteriormente nas instituições com assento no Corede. Também se verificou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento (Comude), tem uma participação nestas definições dos temas. No entanto, para alguns dos entrevistados, os temas podem ser frutos do pensamento do representante.

Se verificou ainda neste critério de que as propostas não têm tratamento diferenciado e todas as pessoas, incluindo cidadãos não conselheiros, podem participar das discussões, mas apenas os conselheiros têm direito a voto nas deliberações pertinentes ao Corede. As demandas vêm principalmente das instituições e dos municípios e o poder executivo não tem prioridade em suas demandas e as propostas são tratadas de forma igualitária. O Conselho é aberto à participação de toda a comunidade e busca o consenso em torno das ações que visem o desenvolvimento da região.

No segundo critério, sobre o perfil de liderança, é importante analisar se as lideranças que participam desses conselhos possuem habilidades de comunicação, negociação, gestão e tomada de decisão para garantir um diálogo produtivo e a construção de consensos, de forma democrática, de modo a garantir a representatividade e diversidade dos segmentos da sociedade. Assim, se analisou se a liderança é exercida de forma democrática; e se havia grupos dominantes no Conselho.

A maioria das respostas dos entrevistados sugere que a liderança é exercida de forma democrática no Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede). Alguns mencionam que todos os membros são livres para opinar e escolher o que é proposto, enquanto outros afirmam

que as decisões são tomadas após ampla discussão. Ainda, alguns mencionam que não há grupos dominantes no Conselho, enquanto outros destacam a forte presença de representantes de municípios ou do setor acadêmico. Alguns entrevistados reconhecem que, em alguns momentos, pode haver grupos com maior articulação, mas que isso não afeta a democracia do processo de liderança. Em geral, os entrevistados parecem estar satisfeitos com a forma como a liderança é exercida no Corede.

No critério sobre a possibilidade de exercer a própria vontade, como o próprio nome já menciona, este critério é utilizado para verificar se o ator social, exerce a sua própria vontade ou se ele expõe os sentimentos da coletividade (RIBAS, 2017). Assim se perguntou se os representantes têm liberdade para propor ou votar. Com base nas respostas fornecidas, se constata que os membros do conselho têm liberdade para propor e votar nas suas demandas. Há uma ênfase na liberdade de expressão e na autonomia dos conselheiros para tomar suas próprias decisões. No entanto, é importante destacar que, embora haja liberdade para propor e votar, nem sempre as ideias ou propostas serão aceitas pela maioria, o que faz parte do processo democrático de tomada de decisão em grupo. Por fim, resumidamente, todos os membros têm liberdade para propor e votar.

Sobre o critério Orçamento/Recurso, se verifica se o conselho recebe alguma ajuda de custo para seu funcionamento, uma vez, que para que haja uma discussão e nível regional, ter um aporte financeiro para despesas, seria fundamental, pois ter ou não este aporte, pode impactar diretamente na capacidade do COREDE de fomentar discussões sobre políticas e ações voltadas para o desenvolvimento regional. Pelo que foi mencionado, é possível afirmar que a maioria dos Coredes recebe recursos financeiros para o seu funcionamento, sendo que esses recursos vêm do governo do estado e convênios com os municípios da região, e são utilizados principalmente para custear a execução da Consulta Popular como despesas relacionadas a viagens, hospedagem, alimentação, combustível, manutenção de espaços físicos, divulgação de atividades, mídias entre outros. Vale destacar que, apesar de receberem recursos, os conselheiros atuam de forma voluntária, sem receber salários ou benefícios; e ainda, alguns Coredes acabam não utilizando a verba, porque em muitos momentos, a mesma chegou depois da conclusão do processo da Consulta Popular, e o mesmo, foi devolvido ao Governo do Estado.

No último critério, sobre Órgão Existente, se verifica se os Coredes têm espaço próprio para seu funcionamento, ou se utilizam estruturas já existentes. Se verificou que os Coredes não têm

espaço próprio para seu funcionamento, e ao que se percebe, as Universidades são um importante parceiro do Conselho, disponibilizando espaço e recursos para suas atividades. Alguns utilizam a estrutura do município e de associações dos municípios quando necessário. No entanto, nem sempre é gratuito, sendo que alguns pagam aluguel de salas. Verificou-se que nos espaços cedidos pelas universidades, geralmente incluem infraestrutura como água, luz, internet, secretária, telefone, salas de reunião e auditórios; alguns, recebem as salas, mas os equipamentos e utensílios são do próprio Corede. Essas estruturas e benefícios podem variar de acordo com a região e a disponibilidade de recursos, mas em geral visam garantir um espaço adequado e funcional para a realização das atividades do Corede.

Com base nos cinco critérios analisados, é possível concluir que a categoria da autonomia é valorizada nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Os membros dos conselhos têm liberdade para propor e votar nas demandas discutidas, e a liderança é exercida de forma democrática, sem a presença de grupos dominantes. As demandas têm origem principalmente das instituições e nos municípios, e todas as pessoas podem participar das discussões, embora apenas os conselheiros tenham direito a voto nas deliberações pertinentes ao Corede. Além disso, a maioria dos Coredes recebe recursos financeiros, mesmo que limitado, contribui para o seu funcionamento, o que coopera para a capacidade dos conselhos de fomentar discussões sobre políticas e ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Ainda, pode-se constatar que a promoção da autonomia dentro dos Coredes pode ser alcançada por meio de diferentes ações, tais como: fortalecimento da participação popular, capacitação de lideranças locais, criação de espaços para o diálogo e a negociação, entre outras. Quando as comunidades locais são empoderadas e têm a capacidade de tomar decisões informadas sobre questões que afetam suas vidas, o processo de inclusão no controle social se torna mais efetivo e eficiente.

3.6 BEM COMUM

Seguindo a análise das categorias, agora será bordado sobre a Categoria do **Bem Comum** (Quadro 14). É por esta categoria que se identifica os benefícios tangíveis e/ou intangíveis refletidos nas melhorias das condições de vida das comunidades analisadas (VILLELA, 2006; ALLEBRANDT, 2016).

Esta categoria refere-se aos interesses e benefícios compartilhados por uma comunidade ou sociedade como um todo. A análise do bem comum será realizada por meio de seus critérios, **Objetivos Alcançados (AO)**; **Aprovação Cidadã dos Resultados (ACR)** e **Coletividade (C)** (VILLELA, 2006; TENÓRIO, 2008; ALLEBRANDT, 2016).

Quadro 14 – Categoria do Bem Comum, respectivos critérios e questões norteadoras

BEM COMUM	Objetivos alcançados	40. Como é realizada a avaliação das ações propostas pelo Conselho? 41. O conselho analisa Relatórios de Gestão municipal/regional para a adoção de novas proposições? 42. O Conselho acompanha o andamento dos serviços propostos nos processos de participação popular?
	Aprovação cidadã dos resultados	43. De que forma o Conselho obtém resposta da sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos?
	Coletividade	44. As ações do Corede vão ao encontro com as demandas/prioridades da maioria? 45. Os temas relevantes para discussão têm ligação com as demandas da população? Ou provém das instituições representadas? 46. A atuação do Corede está pautada no pensamento da coletividade?

Fonte: Elaborado pelos autores

Objetivos Alcançados: o primeiro critério para análise do bem comum é o sucesso em alcançar os objetivos comuns. Isso significa avaliar se as políticas e ações implementadas em benefício da comunidade estão efetivamente alcançando seus objetivos, tais como a melhoria das condições de vida, a promoção da igualdade social, a proteção do meio ambiente, entre outros (TENÓRIO, 2008; VILLELA, 2012; ALLEBRANDT, 2016; RIBAS,2017).

Aprovação Cidadã dos Resultados: o segundo critério refere-se à avaliação da opinião da comunidade em relação aos resultados alcançados. É importante considerar se as ações e políticas foram desenvolvidas com a participação da comunidade e se os resultados obtidos são aceitáveis para a maioria da população (TENÓRIO, 2008; VILLELA, 2012; ALLEBRANDT, 2016; RIBAS,2017).

Coletividade: o terceiro critério para análise do bem comum é se as ações estão pautadas na coletividade. Se a comunidade é ouvida e se suas sugestões são levadas em conta (TENÓRIO, 2008; VILLELA, 2012; ALLEBRANDT, 2016; RIBAS,2017).

No Quadro 15 reunimos a síntese das respostas dos entrevistados para esta categoria e critérios.

Quadro 15 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria BEM COMUM

Corede	Critérios		
	Objetivos Alcançados (AO)	Aprovação Cidadã dos Resultados (ACR)	Coletividade (C)
COB01	<p>Normalmente é feito de uma forma bem informal, quando encerra os processos da consulta popular que é nossa maior movimentação.</p> <p>O Conselho não analisa relatórios da gestão municipal para a tomada de decisões.</p> <p>De algumas coisas recebemos um feedback.</p>	<p>Percebemos nas manifestações dos locutores de rádio. Mas na maioria das vezes a sociedade vê as coisas acontecerem e não relaciona de onde veio, não sabem que veio do Corede, e nem por que está acontecendo.</p>	<p>As demandas do Corede estão pautadas no pensamento daqueles que participam.</p> <p>Os temas são discutidos nas assembleias com a participação de todos.</p> <p>O Corede atua pensando na região, e sim, pensando na coletividade.</p>
COJ02	<p>Geralmente, analisamos a atuação do processo da Consulta Popular (CP).</p> <p>Não analisa relatórios da gestão municipal.</p> <p>O conselho acompanha todos os resultados da CP. Não abrimos mão disso.</p>	<p>Somos cobrados da sociedade quando tem recurso para ser alocado na região.</p>	<p>Isso é muito subjetivo óbvio que a sociedade tem muitos anseios. Tem vontade de avançar em seus processos de desenvolvimento. Os temas debatidos sempre têm o olhar das instituições que tem assento no Conselho. Sempre é olhado para o coletivo da região.</p>
COC03	<p>É avaliado mais em relação aos Comudes, acerca projetos que demandarão máquinas, equipamentos.</p> <p>Não analisa relatórios da gestão municipal.</p> <p>Em função da pandemia, e a dificuldade de poder se deslocar para as cidades, os Comudes é quem acompanha mais os processos de execução dos projetos da CP. Esta questão, de acompanhar a partir do relato dos Comudes. A atuação da diretoria é consciência do que acontece lá.</p>	<p>Atualmente não temos nenhum feedback por parte da sociedade.</p>	<p>As ações do Corede vão ao encontro com as demandas da coletividade dos que participam, mas nós entendemos que talvez precisa ampliar o envolvimento.</p> <p>Os temas são discutidos nas assembleias em que participam os conselheiros e comunidade em geral, e tem ainda o PED. Entendo que a atuação do Corede está pautada no pensamento da coletividade, pois como exemplo, a consulta Popular é um exercício de cidadania e democracia.</p>
COCC S04	<p>Nós discutimos internamente as dificuldades. Geralmente, a nossa voz vai para o fórum dos Coredes ou nós discutimos via WhatsApp.</p> <p>Não se percebe a necessidade de analisar relatórios da gestão municipal. O Conselho não acompanha os processos de execução da CP. Essa é uma discussão que temos tido no Fórum dos Coredes. Nós participamos da CP, fizemos um esforço para a CP e nossa ação se encerra.</p> <p>Nós não temos essa atuação de cobrar os projetos do município. Nossa participação é limitada. Essa é uma</p>	<p>Não temos esse retorno da sociedade, muitas vezes nem o agradecimento.</p>	<p>O Corede trabalha visando o pensamento do benefício da maioria.</p> <p>Os temas são debatidos com todos nas assembleias e sempre visando o melhor para a coletividade.</p>

	melhoria que precisa acontecer, de cobrar a efetiva execução do recurso.		
COCE 05	Nós fizemos uma avaliação primeiro da consulta popular e depois uma avaliação do que foi durante esses dois anos em função da pandemia, o que se evoluiu o que não evoluiu dentro dos projetos dos apoios dos municípios. Nunca foi analisado relatórios da Administração Municipal para tomada de decisões. Auxiliamos em tudo quando somos chamados.	Nós auxiliamos naquilo que é preciso, e a maioria tem nos dado um respaldo, mas poucos são os que agradecem.	O Corede sempre trabalha de forma democrática, e prevalece os anseios da maioria, visando a coletividade. Os temas são debatidos entre os conselheiros e nas assembleias com todos os que estiverem presentes.
COCE N06	O Corede avalia sempre os resultados do que foi discutido, e as vezes chegamos a conclusões bem complicadas, na questão se estamos cumprindo nosso papel enquanto Corede. Não avalia relatórios da Administração Municipal. Acompanhamos os resultados, porque nos projetos contemplados na CP, é dinheiro público, é necessário ter toda a responsabilidade. Então, acompanhamos de perto.	Acredito que em algumas regiões, exemplo a nossa, ainda tem que trabalhar bastante essa percepção da comunidade. Eu acho que ainda falta muito pra gente dizer, pra gente mostrar qual é realmente o papel do Corede.	Se pensar nas assembleias em que são levadas as propostas, acolhemos todas as sugestões. Mas há pouca participação da sociedade civil. O Corede atua pensando no coletivo da região.
COCE S07	Nós temos avaliação da consulta popular. Nesta avaliação analisamos nossas atividades do ano e avaliamos a nossa comissão no principal momento da consulta popular. Não vejo necessidade de avaliar relatórios da Administração Municipal para tomadas de decisões, até porque, estamos baseados pelo PED que foi uma construção em conjunto.	Temos o feedback nas setoriais, como do meio ambiente, turismo, agronegócio sim. Isso nós notamos que eles nos fazem perguntas constantes e nos citam em vários artigos.	As ações do Corede estão interligadas, e são discutidas com a maioria com vistas na coletividade, no pensamento da maioria.
COFN O08	Periodicamente nós temos um período de avaliação das ações e dos processos que desenvolvemos. Precisamos nos reavaliar para saber em que direção devemos ir, porque muitas vezes se pensa que se está fazendo um bom trabalho, mas pode não ser entendido dessa forma. Não são analisados relatórios da Administração Municipal. Depois do andamento do processo da consulta popular, nós acompanhamos o encaminhamento até a apresentação da proposta e também a liberação de recurso, mas a execução não acompanhamos. então isso realmente nos falta.	Às vezes a gente procura chamar a sociedade para perguntar o que ela está achando, mas não é um processo que tem funcionado efetivamente.	Acredito que sim, porque essa pra mim é a função, é o pensamento da coletividade, você conseguir trazer esses atores, fazer essa discussão, fazer essa mediação, mas sempre procurando o coletivo.
COFO 09	Sempre é uma correria muito grande então a gente faz o que tem que fazer e pronto. Não paramos para fazer uma avaliação. Não são analisados relatórios da Administração Municipal. Nossa responsabilidade e atribuição vai até	Com a participação da comunidade, onde é feito convite, mas o maior retorno é sobre a participação durante a consulta	Sim Lógico não cabe proposta diferente. Temos que pensar no coletivo, no pensamento democrático, no que anseia a maioria.

	dividir o recurso, direcionar para cada município depois é feito um convênio do município com o Estado. Ficamos acompanhando quando Estado ou município divulgam ou quando alguém solicita, ou tem algum ponto de divergência, aí nós entramos para tentar resolver o assunto.	popular. Mas no geral o retorno por parte da sociedade é muito bom.	
COLIN O10	Nós fizemos uma auto avaliação com reuniões específicas com a diretoria. Não são analisados relatórios da Administração Municipal. Hoje estamos acompanhando mais, estão muito mais recentes porque a gente conseguiu uma reorganização. Nós não tínhamos um controle do dinheiro que estava vindo para os municípios por meio da consulta popular. A Secretaria do Estado também melhorou o seu processo. Antes a gente não era nem informado quanto que os municípios receberiam recursos. Agora a Secretaria do Estado do Planejamento já nos informa. Então acho assim, o Estado também se organizou e deu mais ferramentas e informações para que a gente pudesse fazer o controle dos recursos. E agora ele vai começar a divulgar mais essa questão dos recursos.	Não temos nada muito organizado quanto a a receber um feedback da sociedade. Não temos um formulário, não fizemos ciência disso, é só pelo que a gente vê pelo pessoal em geral. A repercussão era pouca. A partir do momento em que o Corede começou a trabalhar assuntos mais pontuais, a repercussão começou a aumentar. Estamos em uma crescente.	Sem resposta
CODE 11	Reuniões específicas de avaliação não, nós fazemos reuniões depois da consulta, dos processos. Não são analisados relatórios da Administração Municipal. Sim, a gente cobra, enquanto o Estado não paga, a gente não para de cobrar. A gente peca no sentido de, a partir do momento que o Estado pagou, não acompanhamos mais como o município está implementando, isso porque muitas vezes o Estado acaba não avisando.	Sim, a gente recebe seguidamente esse feedback das pessoas parabenizando, elogiando, recebendo sugestões.	O Corede sempre trabalha as demandas da maioria, todos participam das discussões e se prioriza o consenso, o bem estar da coletividade.
COME T12	Quando estávamos em reunião presencial, fazíamos a avaliação do que foi a Consulta Popular. Não são analisados relatórios da Administração Municipal.	Não temos canal de avaliação do que pensa a sociedade.	Tudo que a gente tem conseguido trabalhar está muito voltado às questões da consulta. Tudo que se faz na própria consulta tem o planejamento estratégico que foi elaborado em cada município para avaliar as necessidades. Então o pensamento coletivo é priorizado nas discussões.
COMI S13	Fazemos avaliações pontuais, na maioria dentro do próprio Corede e quando necessário, em assembleias. Não são analisados relatórios da Administração Municipal.	Não sei se a sociedade compreende o papel do Corede, mas dentro da Associação dos	Muitos atos ou projetos se iniciam com as demandas. Claro que estão dentro da região ou que a maioria deseja.

	<p>Sim O COREDE hoje ao menos na minha gestão eu acompanho todos projetos e obras. Inclusive nos projetos municipais muitas vezes os projetos aqueles pequenos onde vem o recurso para os municípios do Corede, eu vou lá supervisionar, tiro foto, então participo diretamente.</p>	<p>Municípios, foi feito um discurso sobre a atuação do Corede e recebemos uma homenagem.</p>	
CONOR14	<p>Realizamos avaliações depois da discussão de proposta de planejamento e desenvolvimento regional se avalia os avanços, se discute as propostas projetos da Consulta Popular. Qual é o grau de pertinência de que esse caminho conquistou para o desenvolvimento da região da mesma forma depois da consulta avaliação do resultado o que demonstra qual é o interesse, qual o norte que a região está apontando nos diferentes segmentos. Olhamos qual é a leitura que a população faz frente a determinadas demandas. Então eu diria que em cada momento e espaço tem avaliações e acompanhamentos desses processos como também se avalia o comportamento, a postura do fórum estadual das políticas em determinada área, setor e estado. Nós acompanhamos os relatórios municipais pelo conselho municipal de desenvolvimento, a partir da avaliação deles do posicionamento deles. nos participamos da reunião dos prefeitos onde temas são discutidos e avaliados na região participamos da reunião de secretários municipais da educação da saúde e da agricultura que são os que estão mais organizadas. Sim a gente acompanha e de um primeiro momento eu diria nós acompanhamos os recursos liberados. Nós entramos em contato com o município, com o setor e área para ver se o recurso chegou, como vai ser aplicado, como vai ser conduzido.</p>	<p>Recebemos o feedback mais nas áreas e setores, onde isso fica mais claro mais evidente e o diálogo é mais profundo.</p>	<p>sim veja bem o último ano, nós tivemos um aplicativo que identificado o nome como Colab onde cada cidadão e cada cidadã da região podia encaminhar suas propostas. Vieram várias demandas e setores e áreas e que foram incorporados nas propostas da consulta popular e que foram votadas.</p>
CONORD15	<p>É feito no final do ano. Fazemos um apanhado do que foi feito durante o ano e a gente faz uma discussão para traçar novas metas e estratégias para o ano subsequente. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. O conselho acompanha ações da Consulta Popular.</p>	<p>Tem muita cobrança sobre isso, em relação a ter um feedback da sociedade.</p>	<p>O Corede pensa sempre nas demandas coletivas da região.</p>
CONOTE16	<p>Nós fizemos as assembleias na prestação de contas, mas não fazemos uma avaliação das ações do Corede. Mas a ideia é fazermos. Não são avaliados relatórios da</p>	<p>Acho que temos uma boa aceitação por parte da</p>	<p>Com certeza as ações do Corede vão ao encontro com as demandas da maioria, isso é uma coisa que está bem focada. Todos participam das discussões, e podem</p>

	Administração Municipal. O Corede acompanha a execução dos projetos da CP, através do nosso secretário executivo, porque ele tem que prestar contas de tudo.	comunidade, principalmente de quem participa nas assembleias.	sugerir temas, sendo conselheiro ou não, e sempre se prioriza os bem da coletividade.
CODE P17	Não foi feito nenhuma avaliação do Corede. É um bom questionamento. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. Tentamos acompanhar os projetos, mas como o Corede não tem funcionários, não se tem muito tempo para este acompanhamento.	O Corede não tem feedback da sociedade sobre as ações dos conselhos.	Das pessoas que estão dentro do grupo sim. As instituições que estão ali representam a população, então acredito que sim. O pensamento coletivo sempre é priorizado.
CORIV 18	Nesta gestão ainda não foi feito até porque recém fizemos um ano e tem a pandemia, o que dificulta muito aproximação presencial. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. Na prestação de contas, damos todo suporte.	Oficialmente pouco a gente recebe feedback. Por exemplo, a segurança ficou equipada, mas não vieram agradecer. Obviamente o reconhecimento é importante, ficamos felizes quando a gente sente que a sociedade reconhece as ações.	As ações do Corede estão sempre pautadas nas demandas e prioridade do coletivo, e no que se refere a CP, percebemos que o grupo que estiver mais organizado, acaba elegendo suas demandas.
COSE R19	Nós fazemos autocrítica das reuniões, mas, avaliação não fazemos. Mas eu acho que é algo que podemos avançar. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. Eu diria que nós não estamos acompanhando a execução e nem avaliando os dados.	A gente tem grande exposição da mídia e acaba sendo avaliado. Havendo maus resultados isso acaba chegando até nós, mas eu diria que os resultados estão sendo positivos. Acho que a sociedade nos avalia sim.	O Corede atua visando o bem estar da sociedade, o bem estar das pessoas. O foco são as pessoas. No entanto, pensamos sempre na região, e com o aplicativo Colab, todos puderam participar e enviar suas demandas, mas o que notamos é que lançaram projetos locais, que beneficiassem a sua rua, o seu bairro.
CORS2 0	Nós estamos sempre avaliando nossas ações, principalmente nas reuniões em que estamos planejando alguma coisa e avaliando o que está sendo executado. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. Acompanhamos os resultados através dos Comudes que estão lá na ponta, que nos fazem esse convite para que a gente possa participar e acompanhar a liberação de recursos, a execução de obras.	A gente tem procurado divulgar muito a nossa atuação nas rádios, nas TVs, jornais, mas acredito que muita gente ainda não tenha acesso a isso. Temos que melhorar nessa divulgação para que a sociedade tome conhecimento das ações.	Eu acredito que sim, porque quando a gente faz um plano estratégico de desenvolvimento, a gente vai na comunidade de determinado município para ouvir o que ela tem como prioridade. Quando dialogamos com a comunidade, você começa a contar coisas que eles nem sabiam que existiam ou podiam acessar. Então, essa troca é importante. O Corede sempre pensa nas demandas coletivas da região.
COVA 21	Estamos sempre permanentemente avaliando nossas ações enquanto Corede. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. O Corede sempre acompanha o andamento das demandas escolhidas na CP.	Sim, de formas muito positivas. A imprensa nos passa que a sociedade interage nos meios de comunicação	Com certeza o Corede pensa suas ações dentro das demandas coletivas da região.

COVAJ 22	<p>Em cada reunião avaliamos as propostas, discutindo o que tem que fazer, o que já foi feito, como temos que agir e o que temos de priorizar.</p> <p>Não avaliamos relatórios da Administração Municipal, porque são questões locais na minha compreensão. Busco a opinião do prefeito, mas não fazemos uso desses relatórios. O que usamos são as informações/demandas trazidas pelos municípios. Usamos apenas os planos.</p> <p>Sim, acompanhamos e monitoramos e ainda disponibilizamos placas e adesivos para que o município coloque em veículos por exemplo, para que o cidadão saiba onde a verba da consulta popular foi colocada. Quando o dinheiro cai na prefeitura, somos informados.</p>	<p>A sociedade compreende e dá feedback. Ela está avaliando após cada reunião onde os executores fazem a consulta e na próxima reunião, a sociedade participa novamente e traz seu retorno. O problema é que a sociedade mistura as questões políticas, não faz separação quando estão descontentes com seus governantes. Muitas vezes o secretário ou o prefeito que trazem esse retorno da sociedade para avaliação nas reuniões.</p>	<p>Nossa forma de trabalhar considera que as decisões são tomadas pela maioria desde uma reunião. Qualquer tema, discussão, projeto é sempre a maioria que define, através das opiniões repassadas em um grupo de WhatsApp.</p> <p>Sempre se prioriza os temas gerais da população, e no pensamento coletivo.</p>
COVA RS23	<p>sim todos finais de ano a gente faz uma autoavaliação. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. Sim, dentro do possível nós estamos atentos e mandando sinal de alerta</p>	<p>Não temos um feedback por parte da sociedade, uma vez que o Corede não tem tido muita visibilidade, já teve, mas no momento não.</p>	<p>sim sempre que nós tivemos consulta popular nós consultamos primeiramente os municípios. Assim os Comudes trazem as necessidades, e a partir disto, levantamos as demandas regionais, pautados no coletivo.</p>
COVA RP24	<p>Não fazemos avaliações, esse é ponto fraco. Deveríamos dar um tempo maior para isso. Não são avaliados relatórios da Administração Municipal. Acompanhamos a execução dos projetos escolhidos na CP, porém, a distância.</p>	<p>Não temos um retorno, mas se ninguém está reclamando, é porque está bem.</p>	<p>As ações do Corede são em cima das demandas da maioria, do coletivo.</p>
COVA T25	<p>Avaliamos nossa atuação a cada reunião. É muito aberto para que se alguém tenha uma boa ideia, ela seja colocada e ninguém desmerece. A gente pode não concordar, contrapõe, mas com todo o respeito que a democracia exige. Até olhamos os relatórios da Administração Municipal, mas não são usados para tomada de decisões. Acompanhamos a execução dos projetos da CP, porém, fazemos o direcionamento, por exemplo, se é um projeto da área da agricultura, os que têm mais relação com essa área são responsáveis por acompanhar e trazer informações de como isso está acontecendo.</p>	<p>Percebemos um feedback quando o tema é mais abrangente, como o caso dos pedágios, mas não olham muito para a CP, não há um engajamento, não há um comprometimento maior, assim, não temos muito a percepção da sociedade.</p>	<p>Com certeza as ações do Corede vão ao encontro com a demanda da maioria, sempre se prioriza o pensamento coletivo da região.</p>

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

Assim, com base nas respostas do Quadro 15, sobre o Bem Comum, se constata a partir da análise dos critérios que nos Objetivos Alcançados, em que se perguntou como é realizada a avaliação das ações propostas pelo Conselho? O conselho analisa Relatórios de Gestão municipal/regional para a adoção de novas proposições? O Conselho acompanha o andamento dos serviços propostos nos processos de participação popular? Apurou-se que parece haver uma grande variação na forma como a avaliação das ações propostas pelo Conselho é realizada, dependendo do Conselho em questão.

Alguns Conselhos realizam avaliações regulares, seja internamente ou em assembleias, enquanto outros fazem avaliações apenas em momentos específicos, como após a consulta popular. Alguns Conselhos também se concentram em avaliar o desempenho da Consulta Popular em relação aos projetos que exigem máquinas e equipamentos, enquanto outros avaliam sua atuação geral como um Conselho.

Algumas respostas indicam que a pandemia pode ter dificultado a realização de avaliações presenciais, mas a maioria das respostas sugere que avaliações regulares são importantes para garantir que o Conselho esteja cumprindo seu papel e avançando em direção aos seus objetivos.

Além disso, parece que algumas pessoas acreditam que as avaliações devem ser mais formais e abrangentes, enquanto outras preferem uma abordagem mais aberta e flexível. Em geral, a avaliação das ações propostas pelo Conselho parece ser um assunto importante, mas que ainda está evoluindo e sendo adaptado pelos diferentes Conselhos.

No que diz respeito ao Corede utiliza relatórios da gestão municipal para a adoção de novas proposições, dos 25; 23 apontaram que não analisam relatórios da gestão municipal e não parece haver uma necessidade percebida de fazê-lo.

Em vez disso, o Conselho acompanha as informações/demandas trazidas pelos municípios e usa os planos como base para a tomada de decisões. O que ocorre, é que o Conselho participa de várias reuniões regionais para discutir e avaliar temas relevantes para a região. Em resumo, a análise de relatórios da gestão municipal não parece ser uma prática comum ou necessária para o Corede na adoção de novas proposições.

Sobre o Corede acompanhar o andamento dos projetos e demandas escolhidos na consulta popular, apurou-se que nem sempre conseguem acompanhar a execução de forma efetiva. O conselho geralmente avalia a atuação da consulta popular e acompanha os resultados, mas a execução fica a cargo dos Comudes ou dos próprios municípios.

Algumas melhorias já foram implementadas, como a organização do processo pelo Estado e a disponibilização de mais informações sobre os recursos, mas ainda há espaço para melhorias na cobrança da efetiva execução dos projetos. O Corede também oferece suporte na prestação de contas e acompanha os resultados através dos Comudes ou dos setores responsáveis em cada área.

No segundo critério, no quesito da Aprovação Cidadã dos Resultados, a partir da pergunta aplicada aos investigados, em que se verificou a forma que o Conselho obtém resposta da sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos, se constatou que não parece haver um processo formal e estruturado de avaliação e feedback por parte da sociedade em relação às ações do Corede.

Algumas regiões parecem ter uma percepção melhor do papel do Corede e recebem mais feedback, principalmente nas áreas e setores em que a atuação é mais evidente e o diálogo mais profundo. Além disso, a imprensa parece ser um canal importante de divulgação das ações do Corede e de feedback da sociedade.

No entanto, há uma dificuldade em separar as questões políticas do papel do Corede e isso pode afetar o feedback recebido. Em geral, parece haver um reconhecimento positivo da atuação do Corede, mas ainda há espaço para melhorar a comunicação e engajamento da sociedade.

No último critério desta categoria, a Coletividade, se verificou se as ações do Corede vão ao encontro com as demandas/prioridades da maioria? Se os temas relevantes para discussão têm ligação com as demandas da população; ou provém das instituições representadas? E se a atuação do Corede está pautada no pensamento da coletividade?

Assim, constatou-se que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) são instâncias participativas que reúnem representantes da sociedade civil e do poder público em cada uma

das regiões funcionais, com o objetivo de definir prioridades e estratégias para o desenvolvimento regional.

Com isto, de acordo com as respostas dadas, é possível afirmar que os temas discutidos nos Coredes têm ligação com as demandas da população, e são debatidos em assembleias com a participação de todos, incluindo as instituições representadas. As ações dos Coredes estão pautadas no pensamento da coletividade e visam o benefício da maioria, com o objetivo de buscar o consenso e o bem-estar da região. No entanto, em alguns casos, pode haver pouca participação da sociedade civil nas assembleias.

Os Coredes atuam visando o bem-estar da sociedade e das pessoas, e o pensamento coletivo é sempre priorizado. As demandas e prioridades da maioria são consideradas e incorporadas nas propostas discutidas. Em resumo, os Coredes são espaços democráticos e participativos que visam o desenvolvimento regional e o bem-estar da coletividade, buscando sempre incorporar as demandas e prioridades da população em suas discussões e decisões.

Em suma, na categoria do Bem Comum, apurou-se que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento avaliam suas ações propostas em que alguns realizam avaliações regulares, enquanto outros fazem avaliações apenas em momentos específicos, como após a consulta popular. A análise de relatórios da gestão municipal não parece ser uma prática comum ou necessária para o Corede na adoção de novas proposições.

Em relação à aprovação cidadã dos resultados, não parece haver um processo formal e estruturado de avaliação e feedback por parte da sociedade em relação às ações do Corede. A imprensa parece ser um canal importante de divulgação das ações do Corede e de feedback da sociedade.

Quanto à coletividade, constata-se que os temas discutidos pelos Corede vão ao encontro com as demandas/prioridades da maioria, mas há espaço para melhorar a comunicação e engajamento da sociedade.

3.7 CONTROLE SOCIAL

Para finalizar esta análise, a sétima categoria trata do **Controle Social**, com base em três critérios: Participação, Legitimidade Social e Instrumentos de Controle (Quadro 16).

Quadro 16 – Categoria Controle Social, seus critérios e questões norteadoras

CONTROLE SOCIAL	Participação	47. Entende ser importante a participação da sociedade na construção de políticas públicas? 48. As reuniões são apenas para membros do conselho ou são abertas à comunidade em geral?
	Legitimidade social	49. O Conselho, como promotor do desenvolvimento local/regional, tem condições de assumir o protagonismo do controle social? 50. A dinâmica do Conselho permite espaço para discussão de temas ligados à transparência e combate à corrupção?
	Instrumentos de controle	51. Para você, o Corede é um instrumento de Controle Social? 52. As ações do Conselho têm a capacidade de promover o controle social? 53. Quais ações o Conselho realiza e/ou poderia realizar para a promoção do controle social?

Fonte: Elaborado pelos autores

O conceito de Controle Social nos leva a compreender a importância da participação da sociedade, uma vez que quanto maior sua atuação, maior será o fortalecimento para assegurar o controle social nas políticas públicas, tornando-as mais eficazes e adequadas às demandas e necessidades da comunidade (ALLEBRANDT, 2018; TENÓRIO, 2016b; RIBAS, 2017).

Critérios: legitimidade social que observa se os conselheiros são reconhecidos pela sociedade como promotores do controle social; instrumentos de controle que avalia se os cidadãos têm acesso as informações por meios de atas, relatórios, portal da transparência e afins (RIBAS, 2017, p. 28).

A síntese das respostas dos entrevistados nesta categoria está organizada no Quadro 17.

Quadro 17 – Síntese das respostas dos entrevistados quanto à categoria Controle Social

Corede	Critérios		
	Participação (P)	Legitimidade Social (LS)	Instrumentos de Controle (IC)
COB01	<p>nós podemos colocar 400 pessoas votar uma possibilidade que nós já votamos, a maioria vai acompanhar, mas a participação só é efetiva com aqueles que manifestam; não é a quantidade é a vontade de participar.</p> <p>Resposta fornecida anteriormente: “as reuniões são abertas a todas as pessoas, porém, poder de voto, somente para os que são da diretoria, mas na CP, todos podem votar.</p>	<p>Para fazer o controle precisa ter estrutura e infraestrutura, não faz controle só na voluntariedade, você tem que ter gente o tempo todo, integral, pessoas que visitam as obras, avaliam documentos. Fazer na voluntariedade acho bem mais difícil, o controle social de determinados projetos tem que vir do governamental e não só voluntário. Sim, mas normalmente são debatidos temas ligados ao desenvolvimento regional</p>	<p>Não, poderia até ser, mas não com pessoas voluntárias.</p>
COJ02	<p>A participação da sociedade é importante, pois a ausência da sociedade enfraquece o processo. Não adianta sentar-se dentro de um gabinete com suas ideias, sozinho se cria guerras, precisa trocar informações. As reuniões são abertas, porém, a participação depende muito do evento que está sendo organizado.</p>	<p>Para ter este protagonismo, precisa ter condições, precisa ter uma estrutura organizada.</p> <p>Todos os temas indicados têm espaço para discussão.</p>	
COC03		<p>O conselho é um conselho a gente não pode confundir a função interessa o conselho ele não tem papel de protagonismo nesse sentido ele pode articular as questões com os Comudes com o próprio poder público municipal o problema nosso também vem por conta do Parque Federativa o qual a nossas regiões os municípios os governos são geridos pelo parque federativo como estrutura orçamentária funciona o quanto ela é fragilizada, então o quanto do orçamento federativo está chegando no desenvolvimento regional.</p>	
COCCS04		<p>Efetivamente, se ele tiver essa visão do governo do Estado, ele poderia ser sim. Primeiro, ele tem conhecimento ou deve ter, dessas necessidades e ela abrange uma região com características semelhantes. Toda a nossa região tem uma atividade similar, então nós podemos sim ter essa participação como um agente direto de fiscalização, de participação, de discussão das necessidades de coesão das entidades, mas o governo tem que olhar dessa forma. Talvez, quando o corede</p>	

		<p>nasceu, ele estava em um governo com uma visão social muito mais forte e estamos em uma época diferenciada. Então, o corede deixou de ter essa finalidade de um repasse de recursos mais direto para os municípios.</p>	
COCE05		<p>O Conselho, como promotor do desenvolvimento local/regional, tem condições de assumir o protagonismo do controle social na sua área de atuação? Com certeza isso é muito importante que a gente possa contribuir aquilo que a gente tem que a gente sabe, e o que a gente não sabe a gente vai buscar sem formar, mas a participação a interlocução nós se formos chamados a gente participa e opina mas não muda só que para isso gente precisa ser chamado.</p>	
COCEN06	<p>Tem sim. Acredito que tem né basta, basta, basta adequarmos, e melhorarmos algumas questões, né de algumas que eu já testei aí. Há lugares que eu conquistei. Tem sim. Eu acho que enquanto instituição que digam assim que ela tem sim né possibilidades de aglutinar lideranças, entidades, de discutir o desenvolvimento né ela tem realmente esse papel assim de controle social né de empoderar o desenvolvimento regiões. Agora, claro, depende toda tudo da maneira como o corede vai atuar.</p>		
COCES07	<p>Sim porque eles ajudam bastante, todos tem conhecimento ou e o pessoal sempre tem outras relações. E essa nos favorece. Isso cria uma espécie de expertise onde nós no encontro eles conhecendo olha que em tal lugar sobre o céu que modificaram isso fizeram assim. dá um grande ganho. Então com isso elas trazem pra nós olha o caminho que nós estamos percorrendo vai ser curto. Vamos fazer um atalho. Tem essa condição.</p>	<p>Olha essa vontade dos Coredes, mas existe muitas questões no meio. Para ter isso teríamos que conseguir avançar na segunda etapa que é o que nós tínhamos falado pro governo porque nós chamamos etapa de governança. Aí sim. Nós estivemos liderando as etapas de governança, além da visibilidade que as ações integradas vão ser fortificadas. Sim. Os Coredes querem isso em suas regiões pequenas ou mais necessitadas sim em outras regiões e em outras regiões que tem outros mecanismos vão ter muito deputado e outras ãhn organizações que se relacionam com o exterior se relacionam com muitas comissões com federações e outras associações ah os outros estão acima e o corede não conseguem buscar esse espaço.</p>	
COFNO08	<p>Ela é de suma importância, porque você não pode fazer a construção de uma política pública por aquilo que o gestor</p>	<p>Eu acho que ele poderia ser, mas o que acontece em algumas discussões é que as pessoas procuram levar as</p>	

	<p>está pensando, você precisa ouvir quem realmente vai utilizar essa política pública e se aquilo que você vai criar vai atender aquela demanda. E o que a gente vê, infelizmente, a nível de Brasil, é difícil criar uma política pública que consiga atender a todos os municípios da mesma forma, porque são muito diferentes, seja em tamanho ou em condições. Quanto mais a gente conseguir fazer discussão com a população e com o pessoal que faz o controle social, e isso a parte política tem um receio de fazer essa discussão, porque não quer ouvir. Mas acho que tudo aquilo que você consegue construir dessa forma [participativa] tem maior probabilidade de dar certo e realmente atingir a população para aquele fim que foi proposto.</p>	<p>coisas de forma pessoal, se aquilo é a favor do governo ou se fere o governo. Na verdade, quando você está à frente do conselho regional, você precisa deixar o lado pessoal de fora, porque [o que vai ser levado em conta] não é o teu pensamento com relação ao gestor e sim o que efetivamente está acontecendo. E às vezes quando você dá sua opinião, você é entendido como crítico do governo e não é isso, você somente está discutindo de que forma está sendo executada determinada ação. Então, ele poderia ser, mas não acho que o seja hoje. O conselho é aberto para todos os temas. O problema é que às vezes a sociedade fazer essa discussão; hoje as pessoas preferem fazer discussões nas redes sociais do que fazer algo que possa ser construtivo positivamente. Por exemplo, ano passado, tivemos a questão da privatização da Corsan, que é um tema que mexe com todos os gaúchos de alguma forma. Fizemos uma provocação, trouxemos pessoal de fora, buscamos trazer informação pra que os prefeitos pudessem tomar a melhor decisão. O conselho regional não irá tomar decisão alguma, mas eu tinha essa visão de que nós deveríamos fazer essa discussão, trazendo os atores, para que os nossos gestores municipais pudessem tomar a melhor decisão e às vezes isso não é bem compreendido.</p>	<p>Eu acho que essa é uma questão cultural, porque nós teríamos que trabalhar mais com as instituições e entidades. Eu acho que talvez seria esse o caminho da gente conseguir fazer esse controle sem contaminar o processo. Não é fácil, mas eu acho que deveria ser trabalhado e a gente talvez pudesse pensar nessa proposta para a diretoria.</p>
COFO09	<p>Sim é fundamental porque ninguém é sozinho essa história e comunidade isolada não leva a lugar nenhum tem pessoas que pensa no todo que pensa em desenvolvimento harmonicamente a região se desenvolveu.</p>	<p>Poderia só que teria que ser profissionalizado Não tem como trabalhar abandonar tua profissão e se dedicar só o Corede aí falta pessoas para isso aí talvez na universidade se consiga mas é muito variável o aluno se forma vai embora professor em algum momento participa talvez interesse por causa de tese e depois ele não se interessa a composição de pessoas para a gente fazer isso aí ela tem que ser melhor feita melhor formada a melhor montada.</p>	
COLINO10	<p>Com certeza é extremamente importante. Porque eu não vi o Corede, por mais que ele tenha uma influência da administração pública muito importante ele não pode ser um braço de cumprimento de atividades da Ele tem que ser uma forma de melhora de vida da população. Estimulada de</p>	<p>Somente mediante mais investimento do Estado. E unificação disso de um estado em grande. Política que parte do Governo do Estado rompe com esses corruptos porque senão não senão por aí ele não consegue. Na verdade, o Corede o promotor do debate.</p>	

	<p>idades de desenvolvimento. Atividades compulsivas. Melhor dizendo assim dentro da nossa região, então o estado do Rio Grande do Sul gerou Saúde, tirou a segurança pública e tirou a educação formal da consulta popular, a gente conseguiu ter um desdobramento maior em termos sociais. Eu não gasto 500 mil reais comprando um equipamento para um hospital sendo que um hospital tem emenda parlamentar. Eu gasto 500 mil reais em agricultura familiar. A repercussão da comunidade ela é maior do que ter um equipamento dentro de um hospital. Porque o hospital os municípios dão um jeito ou eles levam a população para Porto Alegre para fazer o exame, mas o município faz, e não deixo de fazer. E quando saúde, segurança, educação formal fazia parte da consulta popular, eles levavam grande parte do recurso. E aí pouco tinha de recurso direto direcionado diretamente com a população. Quando o estado do RS altera esse parâmetro o Corede também começa a ter uma repercussão maior na vida das pessoas. Então, sim.</p>	<p>Esse é o papel para ti transcender essa linha tu tem que ter investimento público maior.</p>	
CODE11	<p>Fundamental.</p>	<p>Eu acredito que sim, não digo sozinho, mas sendo o articulador e o agente que vai congrega as outras entidades, outras forças vivas que pautam essas discussões. Eu acho que o corede tem que fazer isso e nós temos que aprimorar enquanto corede isso e inclusive está no nosso radar da diretoria do fórum. A gente percebe que temos bastante atividade meio que tímida, mas a gente percebe outros Coredes que são piores que o nosso, que só ficam em função da CP. E aquilo que eu sempre digo: para você cobrar alguma coisa independente do ente político que está no governo do Estado, você tem que fazer a tua parte. Então, se você quer cobrar o destino de mais recursos, você tem que estar bem-organizado, bem articulado fazendo a tua função enquanto agente promotor e articulador do desenvolvimento local e regional.</p>	
COMET12	<p>Sim, porque no sistema representativo que a gente tem de câmara e afins, ele é importante, mas eu não o acho suficiente, porque nem sempre aquele representante lá eleito, que em tese vai defender os direitos, vai conseguir de fato o que a comunidade está precisando exatamente. Eu acho que os</p>	<p>Sim, talvez a gente não tenha condições totais de colocar em prática, mas poderes para isso [temos] e até o objetivo é de acompanhar as políticas públicas de governo, poder intervir no que for pertinente. Às vezes, a gente não consegue essa articulação, pelo menos na</p>	

	<p>conselhos e todas essas questões são os outros canais também de participação em sua finalidade. Acho que [essa finalidade] aproxima mais a sociedade, a comunidade, o próprio cidadão comum do poder público e do acompanhamento das ações por meio desse canal e dos conselhos.</p>	<p>nossa realidade, mas deveria fazer esse acompanhamento. A gente nunca teve essas discussões, estaremos abertos se surgir essa questão, mas nunca foi demandado ou chegou alguma discussão nesse sentido. Claro essa questão de transparência começou mais recentemente em 2012 em diante com legislações. Quando eu comecei não se falava muito sobre isso, vem se falando mais hoje com estudos nesse sentido.</p>	
COMIS13	<p>Entende ser importante a participação da sociedade na construção de políticas públicas? Importante como deveria ser a frente de tudo. A sociedade encampava. Dizer isso nós queremos. Claro muitas vezes. Não é viável né? Mas deveria ser a sociedade participar ativamente de todos os projetos. Inclusive propor as vezes mudanças também mas sei que às vezes não acontecem, mas deveria ser a sociedade que é o poder emana do povo né? Então eles que deveriam ser os proponentes iniciais. Mas a participação às vezes é fraca, né? Mas deveria a sociedade devia participar.</p>	<p>Hoje como nós estamos estruturadas eu diria que ainda não. Mas não poderia ser ainda, seria ótimo se nós pudéssemos ser o promotor de todo, mas eu acho que nós não temos uma estrutura a nível regional para tanto, mas deveria ter aí envolvimento junto dentro do corede de talvez mais órgãos relacionados a estes assuntos ou a esse setor, mas eu hoje, como gestor do colégio não teria essas condições.</p>	
CONOR14	<p>eu diria que não é só fundamental como indispensável uma sociedade tão desigual com a nossa eu queria quase impossível você estabelecer uma convivência social sem a presença de políticas públicas marcantes políticas e de fato que ser instrumentalizados e operacionalizados e que possam trazer resultados concretos para o cidadão e cidadãs esperar que o mercado da resposta para o desenvolvimento da sociedade diante e aceitam grau de ingenuidade extremamente elevado pensar que o estado possa ser o provedor único exclusivamente das políticas públicas que eu diria também é um campo desafiador da importância da sociedade civil organizada nos diferentes conselhos diferentes entidades a necessidade da presença cada vez mais a sociedade civil organizada em uma sociedade tão desigual que nem a nossa. São níveis de hierarquia de organização do movimento cotidiano tem a reunião da diretoria pode ser convidado cidadão e cidadã sim desde que a temática em estudo mereça isso caso contrário a diretoria as assembleias regionais também são por representação dos diferentes entidades e organizações as assembleias municipais promovidos pelos conselhos municipais são abertas a todos os cidadãos e</p>	<p>Eu entendo de que é possível conquistar a representação nesse sentido do controle social, mas é uma grande tarefa a ser superada e vencida, ela tem a mesma dimensão quando se começou a discutir o planejamento do desenvolvimento da região, ela é extremamente difícil, extremamente complicada, mas ao longo dos anos esse processo foi conquistando grau de maturidade. Não significa que o plano de desenvolvimento regional seja tão perfeito, mas ele é elaborado e construído com a participação dos diferentes segmentos da sociedade, não é feito somente por técnicos, mas com a presença de voluntários. O controle social entendo que também é um desafio nessa direção, desenvolver um conjunto de práticas, organizar instrumentos que permitam que a gente possa ter o controle social sim, é possível, mas ainda é um projeto que está sendo encaminhado, não efetivado. Tanto a transparência, o controle e a questão da corrupção são temáticas que sempre estão presentes na discussão das políticas públicas, quanto mais transparência nós tivermos na elaboração, na discussão</p>	<p>Deveria ser com certeza, mas é um desafio a ser conquistado. Tem a capacidade inclusive isso está presente tanto no estatuto como regimento interno ter esta clareza produzir práticas que levam a isso mais ainda eu diria que estamos bem distantes disso. Nos conselhos onde o regimento público exige aprovação do Conselho seja realizada a saúde seja da Agricultura Esse controle está recebendo uma atenção mais qualificada nas áreas onde não existe conselhos onde não existe um acompanhamento setorial está extremamente</p>

	<p>cidadãs então Depende do nível de desenvolvimento e de participação de hierarquia da estrutura do movimento corediano e nas votações digamos consulta Popular todos os cidadãos e cidadã em pé de igualdade todos Então dependendo mas inicialmente o que se tem é que o movimento corediano é o movimento de representação dos diferentes segmentos da sociedade civil mas não significa que todo cidadão e cidadã não tenha direito de participar.</p>	<p>e na implantação de políticas públicas, menos corrupção vamos ter. Quanto maior o grau de participação, maior controle e menor índice de corrupção. No entanto ainda são práticas que precisam ser desenvolvidas, na nossa cultura quem fiscaliza as políticas públicas é a câmara de vereadores e o cidadão comumente fala: ‘Bom estão ganhando para isso, tem delegação nesse sentido para câmara de vereadores’. É importante que nós passemos a trabalhar isso cada vez mais nos conselhos, eu não diria só no Comude, mas também [nos demais conselhos].</p>	<p>mais complexo e mais complicado e se trabalhado.</p>
<p>CONORD 15</p>	<p>Extremamente relevante.</p>	<p>Em partes por causa da formação do nosso conselho, porque todo mundo tem as suas atividades principais que acabam tomando muito tempo. Se as pessoas tivessem exclusividade para trabalhar no conselho apenas, nós chegaríamos nesse patamar de sermos uma referência do controle social, algo que hoje a gente faz, mas que poderia ser muito melhor.</p>	
<p>CONOTE1 6</p>	<p>Entendemos que sim. Não acontece, né mas seria importante, essa é a ideia desse outro, né do Coder trabalhar justamente nas políticas públicas né em todas as áreas de segurança, infraestrutura, comércio, serviços, agricultura, ensino. Então a ideia é justamente isso, participar na criação das políticas públicas. Temos alguns ruídos também, né às vezes a pessoa que está no conselho também tem uma visão partidária. Então não é, não é fácil pra chegar no onde seja o conselho né bem ligado do poder público, mas a ideia é essa aí.</p>	<p>Eu acho que a gente não na minha opinião, posso estar errado mas eu também não gosto que a universidade se envolva tipo um observatório pra controle das coisas porque acho que o nosso papel e de desenvolvimento. Então eu acho que se a gente usa não sei se essa se essa é a tua ideia do controle, mas se a se a gente usa pra fiscalizar, pra fiscalizar a aplicação os valores da prefeitura a gente fica num outro patamar. Daí é no patamar de quase que não digo que seja no enfrentamento, mas é um problema. Muda que hoje nós temos o apoio, o trabalho em conjunto né as visões pro desenvolvimento se eu passo a fiscalizar eu já sou um Tribunal de Contas. Já mudo a situação e eu acho que isso não é só lutar. Então cada um que os que tem os órgãos que façam isso. Ou tu és pro desenvolvimento ou tu levas pro controle. Eu acho que não dá pra gente misturar as coisas. Na minha opinião. E se vier a ser isso eu não vou fazer. Porque eu acho que não é o não é o nosso caminho. Aí tu começa a se eliminar criar atritos, porque cria. Observatório social. Tu começa a criar problemas. Então ele tem que ser bem isento e</p>	

		não está preocupado com isso. Né então isso acho que não anda junto o desenvolvimento, tem que ser um órgão diferente mesmo.	
CODEP17		Ele permite, mas não temas que têm entrado. Só que também seria feito uma discussão e qual seria a continuidade dessa discussão? Pra onde ela levaria?	Hoje não, tem que ter um ajuste, um reforço, tem que ter um engajamento de mais pessoas, tem que ter estrutura [não tem nem funcionários], tem que ter secretária. Então, eu acho que pode ser sim, deve ser, mas precisa ter esse engajamento.
CORIV18		Nunca entramos nessa discussão mas por exemplo o tema agora da corsan privatização da Corsan tivemos várias reuniões as reuniões que teve corede se fez representado com opinião mas essa questão mais corrupção nunca desenvolvemos nisso isso.	Dentro do que vem para a gente fazer dentro das condições que nós temos A gente faz assim esse Movimento...49:18..... é uma ferramenta que tem disponível e que ativa também dentro da sociedade
COSER19	<p>Sem dúvida sem dúvida nenhuma, de outro lado eu também entendo que a sociedade precisa ser capacitada para melhorar sua participação.</p> <p>Sem dúvida nenhuma. As assembleias são até abertas para a sociedade.</p>	Tem, perdendo o controle social nessa dimensão que você colocou, sim eu acho que os Coredes têm essa possibilidade. Essa uma grande oportunidade e os Coredes não fazendo isso alguém assumirá esse protagonismo. O Corede poderia exercer o controle social, obviamente ele precisaria ser instrumentalizado para realizar isso. Não é somente com diálogo. Não é só com falas e manifestações, é preciso ter ferramentas tecnológicas e plataformas que possibilitem esse controle social. Existe espaço, se alguém trazer esse tema. Do contrário e como o tema da segurança pública é que essa presidente não tem perfil psicológico para conduzir assuntos de segurança pública. Como também por talvez por ter economia voltada para outras áreas o tema corrupção é também um tema que eu acho que está sendo a princípio bem conduzido. Pelas instâncias que têm esse papel e eu acho que a gente não tem nenhuma preparação para conduzir essa discussão no âmbito do Corede sobre corrupção de outro lado, Nós	

		enquanto representante da universidade enquanto o perfil pessoal mesmo, temos um perfil de muito rigor na condução do percurso na gestão pública.	
CORS20		Eu acredito que sim, se o conselho for considerado o conselho dos conselhos nos municípios, tem como fazer isso. Ele tem que assumir esse protagonismo. Ele ainda não é. Com Comudes fortes nós temos como fazer isso. Se não tivermos Comudes bem estruturados nós não temos como assumir esse protagonismo do controle social, porque não vamos conseguir controlar a execução nos municípios.	
COVAJ22	Com toda certeza. A tomada de decisão participativa tem menos chance de dar errado. Quando a sociedade é ouvida e o cidadão é envolvido nesse processo participativo, tem muito mais chances de dar certo. Eu prego a ideia do “3G”, Gestão compartilhada, Gestão participativa e Grau de Risco, pois planejamentos estratégicos tem que ser verificados, avaliados. Depende da situação, quando fazemos uma reunião no Corede, um público restrito, não conseguimos colocar muita gente, mas quando as reuniões são feitas nas câmaras de vereadores, elas são abertas, ou ainda quando as mesmas são realizadas em algum salão. Depende muito do local. Quando o município quer fazer reunião, deixamos aberto, cada um convida quem quiser, para captar retorno do trabalho.	Ele deve assumir, mas alguns não o fazem, pois cada um tem suas estratégias e formas de trabalhar. Sim, mas temos muito cuidado com o tema. Nosso corede trabalha com a transparência em todas as nossas ações. Sobre corrupção nunca tratamos porque tem toda uma legislação em volta e como trabalhamos com prefeitos, vereadores, pode ser um assunto meio ruim para ser tratado e não vejo como tratar o tema da corrupção para fins desenvolvimento regional, influencia o desenvolvimento em si. Não costumamos discutir isso regionalmente.	Acho que essa questão de participação, sempre se colocando à disposição. Uma outra coisa que os Coredes deveriam fomentar e trabalhar com a universidade são os cursos de extensão para que tivesse esse controle social.
COVAR23	Sim se colocarmos o desenvolvimento social, o cidadão aquele que tá dentro da sua cidade e eu vejo que juntos quando falamos de desenvolvimento, mas temos que ter a ala social o desenvolvimento é um todo o cidadão precisa... como fazer não sei, mas eu vejo que nesse momento nesse modelo que nós estamos nós não iremos conseguir, vamos ter que rever os frutos e como vamos fazer.	Podemos ser interlocutores, mas a política pública tem que estar é o Executivo. Nós não somos executores, nós podemos levar para os órgãos federais, estaduais ou municipal, temos obrigação de levar essa demanda. Podemos ser protagonistas no momento que nós olhamos a cidade como um todo e levar semanas para o os Corede levarem ao Governo do Estado.	
COVARP24		Hoje pela nossa estrutura não acho que o ambiente que possa congrega hoje não teria fôlego para isso. mas poderia ser, mas hoje não.	
COVAT25		Eu tendo uma filiação partidária, teria uma dificuldade por ter essa relação com o meio político, teria mais dificuldade em ser incisivo nisso [controle social].	

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.